

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

RAFAELA DIAS DAMIÃO

**O DIREITO AO USO DO PATRONÍMICO CONJUGAL APÓS O
DIVÓRCIO COMO COROLÁRIO DO DIREITO DA PERSONALIDADE**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO
2015**

RAFAELA DIAS DAMIÃO

**O DIREITO AO USO DO PATRONÍMICO CONJUGAL APÓS O
DIVÓRCIO COMO COROLÁRIO DO DIREITO DA PERSONALIDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da
Fundação Universidade Federal de Rondônia –
UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves
Quiles – Cacoal, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada
sob a orientação da professora M.^a Kaiomi de Souza
Oliveira Cavalli.

**CACOAL – RO
2015**

O DIREITO AO USO DO PATRONÍMICO CONJUGAL APÓS O DIVÓRCIO COMO COROLÁRIO DO DIREITO DA PERSONALIDADE

RAFAELA DIAS DAMIÃO

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professora M.^a Kaiomi de Souza Oliveira Cavalli - UNIR - Presidente

Professor M. e. Silvério dos Santos Oliveira - UNIR - Membro

Professora Esp. Graciela Flávia Hack - UNIR - Membro

Conceito: _____

Cacoal, 06 de julho de 2015.

Ao Lucas, minha fonte de amor e alegria, a razão de todas as minhas conquistas e vitórias.

Ao Reinaldo e Iovana, por todo amor, apoio e incentivo dado ao longo da minha singela existência, por acreditarem em mim e por sempre estarem ao meu lado incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela sua infinita graça em permitir a conclusão de mais uma etapa da vida.

Ao meu companheiro de vida, por todo carinho, compreensão, atenção e paciência para comigo durante a vida acadêmica, e que sem o seu apoio eu não teria forças para continuar.

Aos meus nobres colegas de classe do canto esquerdo, que com a convivência diária se tornaram meus grandes amigos, vivenciando momentos sublimes e únicos dentro e fora das paredes da sala de aula.

A todos os professores que transmitiram o seu conhecimento e sabedoria durante esses anos, em especial as professoras Kaiomi e Daeane que incansavelmente contribuíram para a realização deste.

RESUMO

O nome civil é marca característica da personalidade humana, imprescindível à designação e identificação dos indivíduos no meio social e familiar. Desdobra-se em vários aspectos jurídicos relevantes, entre eles o nome conjugal, tema quase sempre analisado de maneira superficial, principalmente porque impregnado por tradições religiosas e familiares. Não obstante, o advento da Emenda Constitucional n. 66/2010 – a Emenda do Divórcio – impulsionou diversas discussões do Direito de Família, dentre elas a sorte do nome conjugal após o divórcio. A razão disso reside no fato de se haver instalado grandes controvérsias a respeito da subsistência da culpa como um fato jurídico relevante na dissolução do casamento. Discute-se também a real natureza do nome conjugal e sua relação com a personalidade do cônjuge que o adquiriu. Na esteira dessas discussões, o presente trabalho tem por objetivo geral verificar, mediante uma análise animada pelo método crítico e dialético, a hipótese da (in)subsistência da regra pela qual um dos cônjuges pode exigir a perda do direito de usos do nome conjugal pelo outro. Justifica-se a pesquisa pela atualidade e controvérsia do tema, assim como pela elevada carga de relevância prática e jurídica inerentes à resolução da problemática. De modo específico, objetiva-se verificar os paradigmas atuais do Direito de Família no panorama no atual Direito Civil Constitucional; compreender as noções conceituais, estruturais e funcionais, bem como a natureza e o regime jurídico do nome civil da pessoa natural; e analisar o nome conjugal sob a influência dos novos paradigmas jurídicos que permeiam a leitura atual do Direito Civil, primeiramente num panorama puramente dogmático e depois por meio do desenvolvimento de uma reflexão crítica e dialética a respeito da problemática apresentada.

Palavras-chave: Direito civil-constitucional. Patronímico conjugal. Direito da personalidade. Divórcio.

ABSTRACT

The civil name is the hallmark of the human personality, indispensable to the designation and identification of individuals in the social and familiar environment. Unfolds into several relevant legal aspects, among them the married name, topic often discussed in a superficial way, mainly because impregnated by religious and family traditions. Regardless, the enactment of Constitutional Amendment n. 66/2010 – the Divorce Amendment – spurred several discussions of the Family Law, among them the luck of the married name after divorce. The reason of this lies in the fact that has been installed great controversialist about the subsistence of guilt as a relevant legal fact in the dissolution of marriage. It's also discussed the real nature of the married name and its relationship with the spouse's personality that acquired it. On the treadmill of these discussions, the present work has the general objective to check, by a lively analysis by the critical and dialectical method, the hypothesis of an (un)subsistence rule in which one spouse may require the loss of the right to use the married name by the other. The search is justified by the topicality and controversy theme, also by the high load of practical relevance and legal inherent in addressing the problem. Specifically, it is aimed to check the current paradigms of Family Law in the panorama in the current Constitutional Civil Law; to understand the conceptual, structural and functional criteria, as well as the nature and the legal framework of the civil name of the natural person; and to analyze the married name under the influence of new legal paradigms that underlie the current reading of Civil Law, first in a purely dogmatic panorama and then through the development of critical reflection dialectic about the problematic features.

Keywords: Civil law constitutional. Conjugal patronymic. Right of personality. Divorce.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 O DIREITO DE FAMÍLIA CONSTITUCIONAL.....	10
1.1 O FENÔMENO DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL	10
1.2 A DIMENSÃO CONSTITUCIONAL DO DIREITO DE FAMÍLIA.....	19
1.3 A TUTELA CONSTITUCIONAL DA FAMÍLIA.....	27
2 O NOME DA PESSOA NATURAL NA PERSPECTIVA CIVIL- CONSTITUCIONAL.....	35
2.1 NOÇÃO CONCEITUAL, ESTRUTURAL, FUNCIONAL E ATRIBUTOS	35
2.2 NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO À IDENTIDADE	39
2.3 O REGIME JURÍDICO DO NOME.....	43
3 O NOME CONJUGAL SOB A INFLUÊNCIA DE NOVOS PARADIGMAS.....	50
3.1 DISCIPLINA JURÍDICO-DOGMÁTICA DO NOME CONJUGAL	50
3.2 REFLEXÕES SOBRE O NOME CONJUGAL APÓS O DIVÓRCIO	53
3.3 PANORAMA DOUTRINÁRIO E JURISPRUDENCIAL	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS.....	75
OBRAS CONSULTADAS.....	80

INTRODUÇÃO

Quem é você?

A designação da pessoa humana inicia-se pela indicação de um dos mais importantes aspectos de sua personalidade: o nome. Aliás, o humano é ser essencialmente nomenclador, inclinado naturalmente a substantivar tudo aquilo que se lhe apresenta. Dá nome a tudo. Às vezes, até mais de um. Por isso, é desafiador, ou mesmo frustrante, tentar encontrar algo ao qual não se tenha ainda dado um nome; e se encontrar, como se poderia designar tal raridade sem antes lhe atribuir um nome? E uma pessoa inominada então? Seria, no mínimo, um ser incompleto em seu plano existencial.

Nenhum outro signo personaliza tão bem o indivíduo quanto o nome. Os números da cédula de identidade ou do CPF não personificam uma pessoa; ao contrário, eles até a despersonalizam, transmutando-a num mero código frio e sem alma, ou, de modo mais técnico, sem personalidade.

Essas constatações permitem compreender a dimensão da importância que o nome assume para a pessoa humana em seu plano existencial.

Inserindo-se nesse contexto, o presente trabalho debruça-se sobre um aspecto do nome marcado por recentes controvérsias: o nome conjugal, popularmente denominado “nome de casado”.

O nome conjugal é quase sempre analisado de maneira superficial, principalmente porque sua disciplina recebe forte influência da tradição religiosa e familiar. Não obstante, o advento da Emenda Constitucional n. 66/2010 – a Emenda do Divórcio – impulsionou diversas discussões do Direito de Família, dentre elas a sorte do nome conjugal após o divórcio.

A razão disso reside no fato de se haver instalado grande controvérsias a

respeito da subsistência da culpa como um fato jurídico relevante na dissolução do casamento. Discute-se também a real natureza do nome conjugal e sua relação com a personalidade do cônjuge que o adquiriu.

Na esteira dessas discussões, o presente trabalho tem por objetivo geral verificar, mediante uma análise animada pelo método crítico e dialético, a subsistência da regra pela qual um dos cônjuges pode exigir a perda do direito de usos do nome conjugal pelo outro.

O primeiro momento desse estudo é dedicado aos paradigmas atuais que dão forma ao Direito de Família contemporâneo. Para isso abordam-se os temas da constitucionalização do Direito Civil e da dimensão constitucional do Direito de Família, com ênfase na tutela jurídica que a Constituição da República reserva às famílias brasileiras. Essas noções basilares a respeito do atual estágio evolutivo do Direito de Família darão a tônica do estudo dos demais temas objeto deste trabalho.

Em seguida, é momento de visualizar o nome civil da pessoa natural na perspectiva do Direito Civil-Constitucional. Com vistas a alcançar esse objetivo, será buscada a correta compreensão das noções conceitual, estrutural e funcional do nome civil da pessoa natural, assim como os seus atributos gerais e a sua natureza jurídica.

Ainda dentro desse segundo capítulo, afigura-se imprescindível abordar o regime jurídico do nome. A análise proposta, no entanto, não é de esgotar a matéria – o que em muito ultrapassa os limites e objetivos do presente trabalho – nem de analisar regras específicas, mas sim de, por meio da análise da disciplina jurídico-positiva como um todo, extrair a essência da disciplina normativa do nome civil da pessoa natural, a qual servirá de substrato para as análises a respeito do nome conjugal.

O último capítulo é dedicado a analisar o nome conjugal sob a influência dos novos paradigmas jurídicos que permeiam a leitura atual do Direito Civil. De início, é necessário tratar do regime jurídico do nome conjugal num panorama histórico e puramente dogmático. Após, tem-se espaço para desenvolver uma reflexão crítica e dialética a respeito da problemática apresentada. Por fim, aborda-se de modo panorâmico as posições que despontam na doutrina e jurisprudência.

1 O DIREITO DE FAMÍLIA CONSTITUCIONAL

Apesar do Direito Civil, ramo jurídico do qual ascende o Direito de Família, ser um dos mais antigos e basilares conjuntos normativos, é ainda assim o mais contemporizado.

O termo *cíves*, que, em vernáculo, significa cidadão, nos conduz, pela via etimológica, a perceber o Direito Civil como o ramo jurídico destinado à regulamentação das relações humanas travadas pelos cidadãos.

É o direito da vida do homem (FARIAS; ROSENVALD, 2013, p. 58), ou o que “estuda e regulamenta as pessoas e os bens, bem como as relações pessoais e patrimoniais entre particulares” (OLIVEIRA, 2004, p. 105). Arremata Diniz (2010, p. 46) que “toda a vida social está impregnada do Direito Civil”.

O dinamismo da vida social, bem como o desprendimento do preceito de estrita legalidade inerente a outros ramos (tributário, penal e administrativo, por exemplo), impõe ao Direito Civil, um constante processo de rejuvenescimento.

É, por isso, essencialmente um direito poroso, aberto, sensível aos avanços que a tecnologia e a capacidade intelectual do homem os impõem (FARIAS; ROSENVALD, 2013, p. 58).

Nesse diapasão, é necessário que se identifique o estágio evolutivo atual do Direito Civil e, dentro dele, do Direito de Família. Trata-se de procedimento imprescindível para a fixação da base teórico filosófica sobre qual se desenvolve o presente estudo, qual seja, o Direito Civil Constitucional.

1.1 O FENÔMENO DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL

Nas palavras de Barroso (2013, p. 90) “As relações entre o direito constitucional e o direito civil atravessaram, nos últimos dois séculos, três fases distintas, que vão da indiferença à convivência intensa”.

Perceber a ocorrência do fenômeno da constitucionalização do direito civil no curso histórico demanda responder à seguinte indagação: qual a fonte valorativa principal, a tábua axiológica, do direito privado?

A resolução dessa pergunta passa por três momentos do Direito Civil: o de

codificação, o de descentralização e o de constitucionalização.

A codificação do direito privado remonta ao século XVIII, tendo por marco principal o Código de Napoleão, de 1804. Trata-se de processo fortemente influenciado pelo movimento racionalista que pretendia sistematizar o Direito e que foi marcado pela lógica individualista do iluminismo (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, p. 63).

Nesse cenário, o Código Civil traduzia-se em “um sistema de regras formuladas para reger, com plenitude e generalidade, todos os aspectos das relações privadas” (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, p. 63).

Farias e Rosenvald fazem recordar que, durante a vigência do Código Civil Brasileiro de 1916, o Direito Civil esteve liberto da incidência do Direito Constitucional, que se limitava à organização política e administrativa do Estado, deixando a cargo do Direito Civil a disciplina das relações privadas (FARIAS; ROSENVALD, 2013, p. 63):

Não se olvide que, outrora, quando estávamos sob a égide da Codificação de 1916 – resultante das concepções individualista e voluntarista oitocentistas, incorporadas pelas codificações do Século XIX e XX, sob influência do Code de France (Código de Napoleão) e do BGB alemão – o Direito Civil esteve liberto da incidência da norma Constitucional. O direito Constitucional se restringia a cuidar da organização política e administrativa do Estado, relegando para o Código Civil a tarefa de disciplinar as relações privadas.

Barroso (2013, p. 90) destaca que até mesmo a natureza da Constituição e do Código Civil eram distintas nessa fase que denomina “mundos apartados”. De fato, enquanto a Constituição consistia em uma carta *política*, sem força normativa própria ou aplicabilidade direta e imediata, o Código Civil já era tido como documento *jurídico* que assegurava os ideais liberais da burguesia de proteção à liberdade contratual e à propriedade. Na dicção do autor:

No início do constitucionalismo moderno, na Europa, a Constituição era vista como uma Carta Política, que servia de referência para as relações entre o Estado e o cidadão, ao passo que o Código Civil era o documento jurídico que regia as relações entre particulares, frequentemente mencionado como a “Constituição do direito privado”. Nessa etapa histórica, o papel da Constituição era limitado, funcionando como uma convocação à atuação dos Poderes Públicos, e sua concretização dependia, como regra geral, da intermediação do legislador. Destituída de força normativa própria, não desfrutava de aplicabilidade direta e imediata. Já o direito civil era herdeiro da tradição milenar do direito romano. O Código napoleônico realizava adequadamente o ideal burguês de proteção da propriedade e da liberdade de contratar, dando segurança jurídica aos protagonistas do novo regime liberal: o contratante e o proprietário (BARROSO, 2013, p. 90).

Nota-se com clareza, uma vocação fagocitária e totalizadora do Código Civil na medida em que pretende alcançar e regular com plenitude os atos e relações do direito privado, afirmando-se como um sol do ordenamento civil (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, p. 63). Em síntese, “a Codificação Civil de 1916 pretendia se consagrar como verdadeira ‘constituição do direito privado’” (FARIAS; ROSENVALD, 2013, p. 64).

Barroso demonstra que, nessa chamada Constituição do direito privado, os protagonistas e a questão central eram por completo diferentes dos da Constituição do direito público. Se no direito privado os protagonistas eram o contratante e o proprietário, no direito público eram o Estado e o cidadão. Outrossim, a questão central do direito privado era a autonomia da vontade dos particulares, ao passo que no direito público era o exercício do poder estatal e seus limites:

Na primeira parte do século [XX], afirmava-se que o Código Civil era a Constituição do direito privado. De fato, a divisão era clara: de um lado, o direito privado, no qual os protagonistas eram o contratante e o proprietário, e a questão central, a autonomia da vontade; de outro, o direito público, em que os atores eram o Estado e o cidadão, e a questão central, o exercício do poder e os limites decorrentes dos direitos individuais (BARROSO, 2013, p. 50).

O processo de descentralização ou de descodificação do direito privado ganhou relevância no século XX, sobretudo nos anos 30, após a 1ª Grande Guerra Mundial. À época, vários fatores, com destaque para a intensificação da intervenção do Estado na economia e na autonomia privada e a teia viva das relações sociais, fragilizaram a condição do Código como fonte quase única do Direito Civil. Sobre a temática:

A sociedade do século XX, sobretudo após a 1.ª Grande Guerra, marcaria o caso das codificações, por meio da maciça intervenção do Estado na economia, e, sobretudo, com o processo, daí decorrente, de restrição à autonomia privada, pelo chamado dirigismo contratual. A teia viva das relações sociais, as incertezas da economia, a imprevisão generalizada dos negócios e a publicização do direito começariam a amolecer o gesso das normas codificadas, vulnerando, passo a passo, importantes regras que pretendiam ser imutáveis e eternas (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, p. 64).

Cumprir destacar também, como fator que conduziu à superação da noção do Código Civil e do princípio da autonomia da vontade como centro de gravitação do direito privado, a crescente consciência social em relação aos direitos fundamentais (BARROSO, 2013, p. 50).

A noção do Código Civil como constituição do direito privado se tornou ainda

mais insustentável com o ingresso no ordenamento jurídico brasileiro de um grande conjunto de normas supranacionais decorrentes de tratados, convenções e pactos internacionais, além de regulamentos de mercados regionais (FARIAS; ROSENVALD, 2013, p. 64).

As urgentes contingências de modernização, tanto pontuais quanto gerais, do Direito Civil impuseram uma alternativa: uma reforma generalizada, razoavelmente rápida e dinâmica da codificação ou, inversamente, a descodificação. Por um imperativo prático, voltado à eficiência da atividade legislativa, o Direito Civil trilhou o caminho da descentralização, operada mediante intensa edição de leis extravagantes voltados a disciplina de matérias específicas ou à regulação de microssistemas jurídicos. Convém, a propósito, a seguinte transcrição:

Por tudo isso, a dificuldade em proceder a uma reforma generalizada de nosso Código desencadeou, pois, o (inverso) fenômeno da descentralização ou descodificação do Direito Civil, marcado pela proliferação assustadora, à velocidade da luz, de estatutos e leis especiais que disciplinariam não somente as novas exigências da sociedade industrializada, mas também velhas figuras que se alteraram com o decorrer dos anos, sob o influxo de novas ideias solidaristas e humanitárias, e que não poderiam ser plena e eficazmente reguladas por um código ultrapassado e conservador. [...]
A partir daí, a dinâmica social e, sobretudo, o fortalecimento do pensamento crítico de determinadas classes sociais acentuariam a necrose instalada nesse e em outros pontos da Lei Codificada, determinando a edição de verdadeiros microssistemas jurídicos, indispensáveis para a correção das distorções normativas causadas pela esclerose das normas vigentes, e, bem assim, para realizar a necessária modernização de nosso Direito, à luz dos novos tempos (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, p. 64).

Segundo Tempedino citado por Gagliano e Pamplona Filho (2012, p. 66), a descentralização ou descodificação deslocou o centro gravitacional do direito privado. De fato, nessa fase a fonte principal deixa de ser um monossistema ou um corpo legislativo monolítico (o Código) para um polissistema caracterizado pela variedade de microssistemas instituídos por uma grande diversidade de estatutos autônomos:

Esse longo percurso histórico, cujo itinerário não se poderia aqui palmilhar, caracteriza o que se convencionou chamar de processo de descodificação do Direito Civil, com o deslocamento do centro de gravidade do direito privado, do Código Civil, antes um corpo legislativo monolítico, por isso mesmo chamado de monossistema, para uma realidade fragmentada pela pluralidade de estatutos autônomos. Em relação a estes o Código Civil perdeu qualquer capacidade de influência normativa, configurando-se um polissistema, caracterizado por um conjunto de leis tidas como centros de gravidade autônomos, e chamados, por conhecida corrente doutrinária, de microssistemas (TEMPEDINO, *apud* GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, p. 66).

Vale o registro: esse processo globalizado de descentralização não cede

frente a edição de um novo código. De fato, a velocidade da evolução tecnológica e o intenso dinamismo das relações negociais, sociais e existenciais humanas “não parecem se compatibilizar com a ideia de assentamento perene de regras, ínsita a toda codificação” (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, p. 65). Nos dizeres de Caio Mário da Silva Pereira,

A celeridade da vida não pode ser detida pelas muralhas de um direito codificado. Acontecimentos, ora na simplicidade da existência cotidiana, ora marcados pelos de maior gravidade, exigem novos comportamentos legislativos. Em consequência, um edifício demoradamente construído, como é um Código, vê-se atingido por exigências frequentes, necessitando de suprimentos legislativos (PEREIRA, *apud* GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, p. 66).

O processo de descentralização, muito embora representativo de elevada evolução normativa, conduz a uma nova e irrefragável questão: enquanto o Código Civil pretendia o papel de constituição do direito privado, desempenhava o papel de núcleo do sistema civil, porém, com o advento do fenômeno descodificador, passa a faltar um eixo normativo que imprima harmonia e lógica sistêmica aos diversos microssistemas, estatutos e leis especiais em matéria civil.

Surgem, como resposta a essa problemática, as noções a respeito do Direito Civil Constitucional.

Cumprir pontuar, como faz Tartuce (2015, p. 79), que a expressão Direito Civil Constitucional foi cunhada pelo italiano Pietro Perlingiere, baseado numa visão unitária do ordenamento jurídico.

Partindo da premissa de que existem diversos universos setoriais legislativos, dentre eles o do Direito Civil, Tempedino (2004, p. 13) afirma ser necessário, como método para alcançar a unidade do sistema jurídico, deslocar a função de tábua axiológica do Código Civil para Constituição da República.

Pretendendo um sistema isolado, baseado num código fundante a ordem jurídica privada, o espírito codificador do Século XIX mantinha-se distante do Direito Constitucional. Já o movimento de descentralização segue na via contrária e busca na Constituição a sua validade e seu sistema principiológico superior.

Se, por um lado, o movimento codificador do século XIX distanciava-se do Direito Constitucional — por imaginar, dentro de sua perspectiva exclusivista, que todo o direito privado estaria concretizado em um corpo monolítico, vocacionado à perenidade, e com traços de autossuficiência —, o processo descentralizador do Direito Civil, nascido em um período de maior consciência democrática, tem na Constituição o seu sistema principiológico superior, estruturador da harmonia do conjunto (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, p. 67).

O traslado, para o texto Constitucional, dos mais fundamentais temas do Direito Civil (como, por exemplo, a propriedade, a autonomia privada, a família) não deixa dúvida da constitucionalização da matéria antes afetada exclusivamente ao direito privado. Ao chamar para si temas tradicionalmente exclusivos do Direito Civil, a Constituição assume a tarefa e reunificar o sistema e passa a demarcar os limites legislativos e interpretativos das relações privadas:

Na medida em que se detectou a erosão do Código Civil, ocorreu uma verdadeira migração dos princípios gerais e regras atinentes às instituições privadas para o Texto Constitucional. Assumiu a Carta Magna um verdadeiro papel reunificador do sistema, passando a demarcar os limites da autonomia privada, da propriedade, do controle de bens, da proteção dos núcleos familiares, etc. [...]

Enfim, o papel unificador do sistema jurídico, tanto nos seus aspectos mais tradicionalmente civilísticos, quanto noutros temas de relevância pública, é desempenhado pela norma constitucional (FARIAS; ROSENVALD, 2013, p. 65).

Convém anotar que o regramento essencial dos institutos de Direito Civil pela Constituição trouxe repercussões não só para o ordenamento civil, mas também para a própria Carta Magna, que deixa de ter um caráter meramente programático para tornar-se, no âmbito do direito privado, norma superior que deve ser aplicada diretamente às relações jurídicas civis:

Por tudo isso, a Constituição Federal, consagrando valores como a dignidade da pessoa humana, a valorização social do trabalho, a igualdade e proteção dos filhos, o exercício não abusivo da atividade econômica, deixa de ser um simples documento de boas intenções e passa a ser considerada um corpo normativo superior que deve ser diretamente aplicado às relações jurídicas em geral, subordinando toda a legislação ordinária (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, p. 67).

Em suas preleções, Orlando Gomes, atento ao deslocamento dos principais temas de Direito Civil para a Constituição, indicou ser o Direito Constitucional a fonte diretora da legislação privada:

Essa condensação dos valores essenciais do direito privado passou a ser cristalizada no direito público. Ocorreu nos últimos tempos o fenômeno da emigração desses princípios para o Direito Constitucional. A propriedade, a família, o contrato, ingressaram nas Constituições. É nas Constituições que se encontram hoje definidas as proposições diretoras dos mais importantes institutos do direito privado (GOMES, *apud* GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, p. 66).

Orlando Gomes afirma ainda a perda, pela Codificação Civil, das pretendidas características de generalidade e completude são um caminho sem volta. Em suas palavras,

O Código Civil foi o estatuto orgânico da vida privada, elaborado para dar solução a todos os problemas da vida em relação aos particulares. Não é mais, a olhos vistos. Perdeu, com efeito, a generalidade e completude. Suponho que jamais conseguirá recuperá-las. [...] a menos que se dê um outro sentido ao vocábulo Código, não há como salvá-lo (GOMES, *apud* FARIAS; ROSENVALD, 2013, p. 65).

Mister destacar o papel sufragador da Constituição da República de 1988 no processo de constitucionalização e reunificação do sistema das relações privadas. De fato, além de disciplinar temas antes confiados em plenitude ao direito infraconstitucional, o texto constitucional vigente ainda sedimentou os valores da dignidade da pessoa humana, da solidariedade social e da igualdade substancial, que dão a tônica do Direito Civil contemporâneo:

A partir da segunda metade do Século XX, e no Brasil particularmente com o advento da Constituição de 1988, surge o fenômeno da constitucionalização do Direito Civil, com a sujeição de suas normas e institutos aos princípios e regras constitucionais. De fato, valores constitucionais como dignidade da pessoa humana, solidariedade social e igualdade substancial marcam decisivamente a mudança do Direito Civil contemporâneo (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 56).

Tempedino (2004, p. 20) pontua que o Direito Civil Constitucional assenta-se sobre três pilares, três princípios dos quais não se pode distanciar o intérprete. São eles: a dignidade da pessoa humana, a solidariedade social e a igualdade. Essa tríade (dignidade/solidariedade/igualdade) deve dar o tom a toda e qualquer interpretação da legislação civil.

Pelo visto, é possível conceituar o Direito Civil Constitucional como o “sistema de normas e princípios, reguladores da vida privada, relativos à proteção da pessoa, nas suas mais diferentes dimensões fundamentais, desde os valores existenciais até os interesses patrimoniais” (FARIAS; ROSENVALD, 2013, p. 67).

É imprescindível que se ressalte que esse denominado processo de constitucionalização não traz uma fusão entre o Direito Constitucional e o Direito Civil. Diversamente disso, trata-se tão somente de um novo caminho metodológico que, para conferir unidade ao sistema jurídico, conduz à interpretação dos institutos do Direito Civil à luz dos valores normativos da Constituição e, eventualmente, o auxílio do Direito Civil na interpretação constitucional. Estabelece-se assim uma análise em mão dupla do ordenamento por meio do diálogo da Constituição com a legislação civil. Nesse sentido:

Deve ser feita a ressalva que, por tal interação, o Direito Civil não deixará de ser Direito Civil; e o Direito Constitucional não deixará de ser Direito Constitucional. O Direito Civil Constitucional nada mais é do que um novo

caminho metodológico, que procura analisar os institutos privados a partir da Constituição, e, eventualmente, os mecanismos constitucionais a partir do Código Civil e da legislação infraconstitucional, em uma análise em mão dupla (TARTUCE, 2015, p. 59).

Farias e Rosenvald dão um passo além. Afirmam os doutrinadores que o processo de constitucionalização do direito civil não só preservou o Código Civilista, mais que isso, o salvou ao permitir a sua oxigenação, abrindo-se a porta para um mundo real, palpável e concreto:

A Constituição da República, então, apresenta nova tábua axiomática, informando com princípios e normas as relações privadas, determinando, por conseguinte, as vigas de sustentação do sistema de direito privado, reunificando o sistema civilista.

Não que institutos do Direito Civil tenham passado a constituir matéria de direito público, mas sim porque ganharam em sua essência, uma regulamentação fundamental em sede constitucional.

Assim, a Lex Mater salvou o Código Civil (e o Direito Civil como um todo) de uma morte inexorável, permitindo sua oxigenação, abrindo a norma civil para um mundo real, palpável, concreto – que reclama e exige uma tutela jurídica adequada às suas necessidades prementes e presentes.

[...] o Texto Constitucional, sem sufocar a vida privada, conferiu maior eficácia aos institutos fundamentais do Direito Civil, revitalizando-os, à luz de valores fundamentais aclamados como garantias e direitos fundamentais do cidadão (FARIAS; ROSENVALD, 2013, p. 66).

Ainda dois outros alertas com relação à constitucionalização do Direito Civil devem ser feitos.

O primeiro deles busca distinguir a *constitucionalização do Direito Civil* do *movimento de publicização do Direito Civil*.

No processo de constitucionalização, os institutos jurídicos do direito privado ganham um tratamento constitucional (expresso no texto ou decorrente de interpretação à luz da Constituição), mas sem que seja alterado o caráter privado, ao passo que no processo de publicização, o ordenamento atua para igualar os materialmente desiguais e, para tanto, impõe uma forte interferência estatal na relação, o que acaba por atribuir leve aspecto público a uma relação de direito privado, como ocorre, por exemplo, no Direito do Consumidor:

Desse modo, enquanto a constitucionalização do Direito Civil implica na migração das regras e princípios fundamentais do Direito Privado para a sede constitucional, sem alterar a natureza privada da norma jurídica, a publicização do Direito Civil resulta de uma interferência estatal em determinadas relações privadas, como o escopo de nivelar as posições das partes, evitando que a superioridade econômica de uma delas prejudique à outra e conferindo uma certa dose de caráter pública a uma relação cuja natureza, originariamente, era estritamente privada (FARIAS; ROSENVALD, 2013, p. 70).

Evidentemente, em domínios como o Direito de Família, a propriedade, as

relações de trabalho e o Direito do Consumidor, a vontade e o consenso ainda são decisivos na formação das relações jurídicas, mas, frequentemente, a modulação dos efeitos dessas relações não estão ao alcance das partes, sendo determinadas pela lei de modo obrigatório. A proliferação de princípios de ordem pública e normas cogentes no bojo da legislação de direito privado assinalam o processo de publicização do direito civil (BARROSO, 2013, p. 50).

Convém registrar que, para Barroso (2013, p. 90), a *publicização* e não a descentralização seria a segunda fase evolutiva da inter-relação entre Direito Civil e Constituição. Leciona, nessa linha, que a constitucionalização, em relação à publicização, é fenômeno posterior no tempo, um aprofundamento, um novo desenvolvimento dogmático:

Em nome da solidariedade social e da função social de instituições como a propriedade e o contrato, o Estado começa a interferir nas relações entre particulares, mediante a introdução de normas de ordem pública. Tais normas se destinam, sobretudo, à proteção do lado mais fraco da relação jurídica, como o consumidor, o locatário, o empregado. É a fase do dirigismo contratual, que consolida a publicização do direito privado (BARROSO, 2013, p. 90).

A proliferação de normas cogentes, indisponíveis pelos contratantes, assinala a denominada publicização do direito privado. Já mais próximo da virada do século, esse processo se aprofunda, dando lugar a um novo desenvolvimento dogmático, referido pela doutrina como constitucionalização do direito civil (BARROSO, 2013, p. 50).

O segundo dos alertas necessários diz respeito ao efeito da constitucionalização do Direito Civil sobre os institutos privados. Nesse ponto, é imprescindível observar que o Direito Civil Constitucional não se contenta em orientar e limitar a atividade do legislador ordinário. Muito além disso, o processo de constitucionalização implica na necessidade da releitura de todos os institutos fundamentais do Direito Civil à luz dos vetores da dignidade da pessoa humana, da solidariedade e da igualdade. Nesse diapasão, Dias (2015, p. 36) sintetiza que "diante do novo texto constitucional, forçoso ao intérprete redesenhar o tecido do Direito Civil à luz da nova Constituição".

A tal respeito, vale novamente invocar o escólio de Farias e Rosenvald:

Importante salientar que, ao contrário do que afirma parcela respeitada da doutrina, a constitucionalização do direito civil não implica (simplesmente) estabelecer limites externos à atividade privada. Não se tratar apenas disso. É muito mais. A Constituição Federal de 1988 impôs uma releitura dos institutos fundamentais do Direito Civil, em razão de tê-los reformulado internamente, em seu conteúdo (FARIAS; ROSENVALD, 2013, p. 70).

Barroso acrescenta que, nessa releitura do direito Direito Civil, os princípios constitucionais passam a condicionar a interpretação dos institutos privados e a dignidade da pessoa humana toma uma dimensão transcendental, pondo a Constituição no centro de todo o ordenamento jurídico:

No quarto final do século, o Código Civil perde definitivamente o seu papel central no âmbito do próprio setor privado, cedendo passo para a crescente influência da Constituição. No caso brasileiro específico, a Carta de 1988 contém normas acerca da família, da criança e adolescente, da proteção do consumidor, da função social da propriedade. Além disso, os princípios constitucionais passam a condicionar a própria leitura e interpretação dos institutos de direito privado. A dignidade da pessoa humana assume sua dimensão transcendental e normativa. A Constituição já não é apenas o documento maior do direito público, mas o centro de todo o sistema jurídico, irradiando seus valores e conferindo-lhe unidade (BARROSO, 2013, p. 50).

É essa necessidade de repensar os institutos do Direito Civil à luz da tábua axiomática da Constituição da República de 1988 que faz surgir cenário propício à pretendida análise crítico-dialética de institutos cuja hermenêutica era até então restrita à decomposição dos elementos do texto legal, como é o caso do nome conjugal.

Antes, porém, de adentrar na discussão do cerne do presente trabalho, é suma valia o estudo breve da proteção que a Constituição da República dispensa às famílias sob sua égide.

1.2 A DIMENSÃO CONSTITUCIONAL DO DIREITO DE FAMÍLIA

Por conta de seu papel fundamental tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, a família foi, em nível constitucional, erigida ao status de base da sociedade civil. Além de lhe assegurar esse patamar, a Constituição da República de 1988 ainda determina ao Estado que empregue esforços para garantir uma especial proteção às entidades familiares.

Nesse sentido, dispõe o artigo 226 da Constituição Federal que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”.

Em breve digressão histórica, Lôbo (2011, p. 34) consigna que o desenvolvimento jurídico-científico da família permaneceu em estado de quase inércia durante os últimos séculos. Explica o doutrinador que as codificações liberais burguesas tinham por foco a garantia da propriedade e a liberdade contratual,

deixando em segundo plano questões estranhas às relações econômicas e patrimoniais. Na dicção do autor:

A família, nas grandes codificações liberais burguesas, permaneceu no obscurantismo pré-iluminista, não se lhe aplicando os princípios da liberdade ou da igualdade, porque estava à margem dos interesses patrimonializantes que passaram a determinar as relações civis (LÔBO, 2011, p. 34).

No que toca à proteção da família, a Constituição da República de 1988 foi bastante inovadora em relação às que lhe antecederam em território nacional, muito embora o tema já fosse tratado desde a Constituição de 1934 (LÔBO, 2011, p. 35).

Bulos (2014, p. 1616) pontua que, no âmbito internacional, várias constituições estrangeiras já haviam despertado para a importância da família no contexto social, conferindo-lhes um tratamento protetivo:

Em nosso país, a previsão constitucional da família só apareceu com a Carta de 1934, uma vez que os Textos de 1824 e de 1891 a ignoraram. Registre-se um dado importante: as Constituições de 1934, 1937, 1946 e 1967 faziam referência à família legal, só ostentando tal rótulo aqueles grupos familiares originários do casamento civil. Era um modo de seguir a tradição religiosa (BULOS, 2014, p. 1618).

Por reunir preceitos que refletem as transformações sociais ocorridas nos últimos anos, o Capítulo VII, do Título VIII, da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso, da nossa Carta Magna [de 1988], é bastante inovador.

Claro que as constituições pregressas não podiam prever o que o Texto de 1988 previu, pois, no passado, os problemas eram diferentes, os costumes eram outros, o *modus vivendi* se exteriorizava de forma totalmente distinta da atual.

Todavia a matéria de que aqui se cuida é velha conhecida em diversos ordenamentos constitucionais. Basta citar as Constituições da Costa Rica, de 1949 (art. 51), da Itália, de 1974 (art. 29), de Portugal, de 1976 (art. 36, I) e da Espanha, de 1978 (art. 39, I). (BULOS, 2014, p. 1616)

Não obstante, vale novamente invocar a doutrina de Lôbo (2011, p. 36) para, em defesa da Constituição da República do Brasil de 1988, lembrar que esse texto constitucional pôs o País na dianteira do Direito Constitucional de Família, promovendo uma releitura que nem mesmo as constituições dos países mais evoluídos na matéria haviam realizado.

As revolucionárias transformações promovidas pela Constituição na concepção, na natureza e nas atribuições das relações familiares e, conseqüentemente, no direito de família, puseram o Brasil na dianteira da refundação dos novos institutos jurídicos, pelo trabalho criativo da doutrina civilista.

Em comparação, a França, país que sempre se destacou pelas inovações no direito de família, apenas em 2005, com a lei de 4 de julho, extinguiu definitivamente a discriminação entre filhos legítimos e ilegítimos, que deixou de existir no Brasil desde 1988, com o § 6º do art. 227 da

Constituição (LÔBO, 2011, p. 36).

Essa proteção constitucional da família é fruto do Estado Social. De fato, esse movimento, inspirado nos axiomas da solidariedade e da justiça social, é caracterizado pela intervenção estatal nas relações privadas com vista à preservação do interesse daquele materialmente mais fraco. Parte-se do famoso lema de que “entre o forte e o fraco é a liberdade que escraviza e a lei que liberta”.

Nesse diapasão, o Estado Social repercute no Direito de Família, dentre outros aspectos, ao promover a eliminação do poder legal do marido para com a mulher e da discriminação havida entre as diferentes classes de filhos. A esse respeito:

O Estado social, desenvolvido ao longo do século XX, caracterizou-se pela intervenção nas relações privadas e no controle dos poderes econômicos, tendo por fito a proteção dos mais fracos. Sua nota dominante é a solidariedade social ou a promoção da justiça social. O intervencionismo também alcança a família, com o intuito de redução dos poderes domésticos — notadamente do poder marital e do poder paterno —, da inclusão e equalização de seus membros, e na compreensão de seu espaço para a promoção da dignidade humana (LÔBO, 2011, p. 35).

Novelino (2014, p. 612) destaca que essa proteção conferida à família constitui uma *garantia institucional* e está compreendida no conteúdo dos direitos fundamentais de segunda dimensão ou geração. Essa garantia, segundo o autor, visa principalmente a preservação e permanência da instituição familiar, garantindo-a contra lesões de qualquer tipo, especialmente as advindas do legislador:

Com o advento do modelo de Estado Social são consagrados nos textos das constituições do período entre guerras, direitos sociais, econômicos e culturais. Concomitantemente, o despertar da consciência acerca da necessidade de proteção de instituições essenciais para a sociedade revela um novo conteúdo dos direitos fundamentais de 2.^a dimensão: as garantias institucionais. As proteções constitucionalmente asseguradas a determinadas instituições de direito público e privado têm por escopo principal assegurar sua permanência e a preservação de sua essência contra qualquer tipo de lesão, sobretudo, por parte do legislador (NOVELINO, 2014, p. 612).

Explicam Mendes e Branco (2014, p. 325) que as garantias institucionais são consectário do reconhecimento da importância de uma instituição (Direito Público) ou de um instituto (Direito Privado) para a ordem jurídica, o que leva a um complexo de normas jurídicas com vistas a garanti-los. Em suas palavras:

As garantias institucionais resultam da percepção de que determinadas instituições (direito público) ou institutos (direito privado) desempenham papel de tão elevada importância na ordem jurídica que devem ter o seu núcleo essencial (as suas características elementares) preservado da ação

erosiva do legislador. O seu objeto é constituído de um complexo de normas jurídicas, de ordem pública e privada. A garantia da família (art. 226) e a da autonomia da universidade (art. 207) exemplificam essa categoria de normas entre nós (MENDES E BRANCO, 2014, p. 325).

É preciso, porém, que se alerte, muito embora trate-se de um direito fundamental de segunda geração, a garantia institucional à família não constitui um direito subjetivo titularizado pelo indivíduo, mas sim à instituição familiar, e por isso não se lhe aplica o regime próprio dos direitos fundamentais individuais. Daí o porquê do adjetivo “institucional” apostado ao termo “garantia”. A esse respeito:

Embora consagradas nas constituições, as garantias institucionais não se configuram como direitos subjetivos atribuídos diretamente ao indivíduo, mas sim como normas protetivas de instituições enquanto realidades sociais objetivas, como é o caso da família. Por não garantirem aos particulares posições subjetivas autônomas, não lhes é aplicado o regime dos direitos fundamentais (NOVELINO, 2014, p. 612).

Seguindo a tendência dos principais institutos do Direito Civil, a família também passou por um processo de funcionalização, de modo a se libertar da perspectiva individualista para assumir uma função social.

Lôbo (2011, p. 19) registra que “Sempre se atribuiu à família, ao longo da história, funções variadas, de acordo com a evolução que sofreu, a saber, religiosa, política, econômica e procracional”.

Não obstante apropriadas em seu tempo, tais concepções são insuscetíveis de satisfazer a sociedade contemporânea, que liga a família primordialmente ao desejo de felicidade, e não mais a interesses ou obrigações religiosas, políticas, econômicas ou meramente reprodutivos.

Daí porque se afirmar que “A realização pessoal da afetividade, no ambiente de convivência e solidariedade, é a função básica da família de nossa época” (LÔBO, 2011, p. 19).

Gagliano e Pamplona Filho (2015, p. 50) explicam que “a família, hoje, tem a função de permitir, em uma visão filosófica-eudemonista, a cada um dos seus membros, a realização dos seus projetos pessoais de vida”.

Diante da nova concepção ditada pela constitucionalização do Direito Civil, Gagliano e Pamplona Filho (2015, p. 48) levantam uma interessante questão taxionômica acerca da posição enciclopédica do Direito de Família: seria agora um ramo do Direito Privado ou do Direito Público?

A resposta dada pelos doutrinadores distingue normas de ordem pública de direito público. Explicam os doutrinadores que, dada a importância social e a

vulnerabilidade da família, é necessária que várias das normas com incidência sobre os núcleos familiares sejam de ordem pública (cogentes, que não podem ser derogadas pela vontade das partes). Não obstante, alertam que o grande número de regras cogentes não faz do Direito de Família um ramo do Direito Público, pois continuam sendo conjunto normativo voltado à regulação de relações jurídicas entre particulares, não entre Estado e cidadão, permanecendo, por isso, como um ramo do Direito Privado (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2015, p. 49).

Dias (2015, p. 35), acrescenta que não há nada mais privado, mais íntimo, do que as relações familiares, nas quais não deve o Estado, senão em excepcionalíssimas hipóteses, intervir. Seria, segundo a autora, enorme retrocesso considerar o Direito das Famílias ramo do direito público, pois se estaria dando margem ao exercício do poder de império estatal sobre as relações familiares. Em sua dicção:

Aliás, não se pode conceber nada mais privado, mais profundamente humano do que a família, em cujo seio o homem nasce, vive, ama sofre e morre. A pretensão de deslocar a família do direito privado representa um contrassenso, pois prepara o terreno para um intervencionismo intolerável do Estado na vida íntima.

Imperioso, portanto, reconhecer que o direito das famílias, ainda que tenha características peculiares e alguma proximidade com o direito público, tal não lhe retira o caráter privado, não se podendo dizer que se trata de direito público. Aliás, a tendência é reduzir o intervencionismo do Estado nas relações interpessoais. A esfera privada das relações conjugais inclina-se cada vez mais a repudiar a interferência do público (DIAS, 2015, p. 35).

Mas, afinal, o que é, sob a perspectiva civil-constitucional, a família?

Antes de intentar qualquer resposta, é conveniente lembrar o alerta de Gagliano e Pamplona Filho (2015, p. 35) no sentido de que, dada a elevada significação da família nos aspectos psicológico, jurídico e social, é necessária máxima cautela, a fim de que não se desemboque uma retórica vazia, ou no exacerbado tecnicismo sem relevância prática.

Também Pereira (2002, p. 206) faz importante apontamento quanto à dificuldade de se dar conceito às famílias: “A partir do momento em que a família deixou de ser o núcleo econômico e de reprodução para ser o espaço do afeto e do amor, surgiram novas e várias representações sociais para ela”.

Já Dias (2015, p. 34) aduz que, dada a impossibilidade de um conceito estático de família, a tentativa de conceituá-la acaba sendo feita por enumeração dos vários institutos que regulam a relação das pessoas ligadas por um vínculo de consanguinidade, afinidade ou afetividade:

Dispondo a família de várias formatações, também o direito das famílias precisa ter espectro cada vez mais abrangente. Assim, difícil sua definição sem incidir num vício de lógica. Como esse ramo do direito disciplina a organização da família, conceitua-se o direito de família como o próprio objeto a definir. Em consequência, mais do que uma definição, acaba sendo feita a enumeração dos vários institutos que regulam não só as relações entre pais e filhos, mas também entre cônjuges e conviventes, ou seja, a relação das pessoas ligadas por um vínculo de consanguinidade, afinidade ou afetividade (DIAS, 2015, p. 34).

Cumpre também, antes de qualquer tentativa de conceituação, anotar que do texto constitucional, captam-se três espécies de entidade familiar, todas igualmente dignas da proteção da Constituição. A primeira delas a *família matrimonial*, formalizada pelo casamento, seja civil ou religioso (artigo 226, §§1º e 2º). A segunda, a *família informal*, constituída pela união estável (artigo 226, §3º). Por fim, a *família monoparental*, formada pelo pai ou pela mãe e seus descendentes (CF, art. 226, §4º) (NOVELINO, 2014, p. 60).

Surge dessa constatação uma sub-questão: correto seria dizer direito de “família” ou das “famílias”?

Em parte dos manuais de direito civil, é com frequência encontrada a expressão “Direito das Famílias” como superação do termo “Direito de Família”. A justificativa, bastante razoável é verdade, é de que, até a Constituição Federal de 1988, somente era reconhecia em patamar constitucional a chamada família legítima, advinda do casamento, ao passo que, na atual Carta Política há, como visto, três arranjos familiares expressamente reconhecidos.

Nessa linha de raciocínio, o Projeto de Lei n. 2.285/2007, que objetiva tratar de diversos temas relacionados às instituições familiares, é intitulado “Estatuto das Famílias” sob a justificativa de que,

A denominação utilizada, ‘Estatuto das Famílias’, contempla melhor a opção constitucional de proteção das variadas entidades familiares. No passado, apenas a família constituída pelo casamento — portanto única — era objeto do direito de família (BRASIL, 2007).

Parece, no entanto, não ser a opção mais acertada. De fato, a Constituição da República de 1988 consagra três arranjos familiares sem excluir a possibilidade de que outros o sejam, porém, reconhecer que existem no texto constitucional “famílias” em vez de “família” seria negar àqueles arranjos familiares antes ignorados um caráter qualitativo idêntico ao da outrora chamada família legítima.

É dizer: a família, seja ela constituída pelo casamento, pela união estável, pela convivência de um dos pais com seus filhos ou qualquer outro arranjo familiar é,

sem dúvida, uma família qualitativamente idêntica às demais. A tal família legítima, derivada do casamento, não tem nenhuma preferência sobre a família monoparental, por exemplo.

Assim, pode-se até conceber a ideia de diversas espécies de família, que apenas se diferenciam pela forma de constituição, mas todas integrantes do mesmo gênero – a família – e dignas de idêntica proteção pelo Estado e respeito pela população.

Por todos, convém a citação de Gagliano e Pamplona Filho:

A par disso, registramos que, nesta obra, preferimos utilizar a expressão “Direito de Família” — em vez de “Direito das Famílias” — não por um apego estéril à tradição legislativa ou adoção da equivocada ideia unívoca do signo “família”, mas, sim, pelo reconhecimento de que a expressão “família” é gênero, que comporta diversas modalidades de constituição, devendo todas ser objeto da proteção do Direito.

Assim como não precisamos pluralizar o “amor”, por sua intrínseca plenitude, o mesmo se dá, em nosso sentir, com a noção de “família” (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2015, p. 36).

Superadas essas discussões preliminares, valioso observar, como o faz Diniz (2010, p. 11), que apesar da plurivalência semântica do vocábulo família, é possível a identificação da legislação civil de três acepções fundamentais: amplíssima, lata e restrita.

a) amplíssima: o termo abrange todos os indivíduos ligados pelo vínculo de consaguinidade e afinidade, incluindo estranhos (CC, arts. 1.412, §2º; Lei n. 8.112/90, arts. 83 e 241);

b) lata: restringe-se aos cônjuges e seus filhos, parentes da linha reta ou colateral ou naturais (CC, arts. 1.591 e s.; Dec.-Lei n. 3.200/41 e Lei n. 8.069/90, art. 25, parágrafo único, acrescentado pela Lei n. 12.010/2009);

c) restrita: compreende, unicamente, os cônjuges ou conviventes e a prole (CC, arts. 1.567 e 1.716) ou qualquer dos pais e prole (DINIZ, 2010, p. 15).

A autora identifica ainda cinco critérios adotados pela lei para definição de família: sucessório, alimentar, da autoridade, fiscal e previdenciário:

a) sucessório: família abrange os indivíduos que, por lei, herdaram uns dos outros: parentes da linha reta *ad infinitum*, cônjuges, companheiros e colaterais até o 4º grau (CC, arts. 1.790, 1.829, IV, 1.839 a 1.843);

b) alimentar: consideram-se família ascendentes, descendentes e irmãos (CC, arts. 1.694 e 1.697);

c) da autoridade: família restringe-se a pais e filhos menores;

d) fiscal: para efeito de imposto de renda, a família reduz-se aos cônjuges, filhos menores, maiores inválidos ou que frequentam universidade à custa dos pais, até a idade de 24 anos, filhas solteiras e ascendente inválido que vivam sob a dependência do contribuinte, filho ilegítimo que não more com o contribuinte, se pensionado em razão de condenação judicial;

e) previdenciário: a família compreende o casal, filhos até 21 anos, filhas solteiras e convivente trabalhador (DINIZ, 2010, p. 15).

Esses conceitos, porém, levam em conta as repercussões jurídicas da família, e não propriamente o que ela é. Daí Diniz (2010, p. 12) dedica-se também à formulação de um conceito técnico, pelo qual família é “o grupo fechado de pessoas, composto de pais e filhos, e, para efeitos limitados, de outros parentes, unidos pela convivência e afeto, numa mesma economia e sob a mesma direção”.

Gagliano e Pamplona Filho (2015, p. 38) preferem conceito mais genérico e abrangente, fundado principalmente no aspecto da afetividade. Segundo os autores família é “o núcleo existencial integrado por pessoas unidas por vínculo socioafetivo, teleologicamente vocacionada a permitir a realização plena dos seus integrantes”.

Dias (2015, p. 43) afirma que “os novos contornos da família estão desafiando a possibilidade de encontrar uma conceituação única para sua identificação”. Segundo a autora, o casamento, a diferença de sexo do par ou o envolvimento sexual não mais podem ser usados como critério para identificação do que é a família; foram todos substituídos pela afetividade, que une pessoas com identidade de projetos de vida comuns, comprometendo-as mutuamente (DIAS, 2015, p. 42). Em outra passagem, torna a autora a abordar os pilares da família contemporânea com as seguintes palavras:

O novo modelo da família funda-se sobre os pilares da repersonalização, da afetividade, da pluralidade e do eudemonismo, impingindo nova roupagem axiológica ao direito de família. Agora, a tônica reside no indivíduo, e não mais nos bens ou coisas que guarnecem a relação familiar (DIAS, 2015, p. 43).

Com percuriência, Dias (2015, p. 43) observa que a lei nunca se preocupou em definir família e, quando o fez, usou fórmula desastrosa ao identificar família e casamento, condenando à invisibilidade e negando direitos às famílias não matrimonializadas. Não obstante, a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006, artigo 5º, inciso III) veio para mudar esse cenário e foi feliz ao identificar como família qualquer relação de afeto.

É até mesmo paradoxal a constatação de que, em meio a diversas leis civis que tratam de temas relacionados à família, seja uma lei penal quem melhor a conceitue.

Apesar dos esforços conceituais da família merecerem mais comentários do que este limitado trabalho pode oferecer, tem-se por fixada a base imprescindível para compreensão do que seja família, isto é a união por um fato afetivo que conduza à comunhão de vida.

Compreendida essa noção, necessário dirigir o presente estudo à análise da tutela protetiva deferida pela Constituição às famílias.

1.3 A TUTELA CONSTITUCIONAL DA FAMÍLIA

A tutela constitucional da família, pelo menos numa primeira faceta, se assemelha aos direitos fundamentais de primeira geração, isso porque conduzem a uma proteção da família em face da ingerência do Estado. Significa dizer que ao Estado, como regra, é defeso intervir no espectro de liberdade das decisões familiares.

Trata-se, do *princípio da não-intervenção ou da liberdade* que, segundo Muniz Filho (2010, p. 30), confere à entidade familiar a potestade de deliberar quanto ao momento e a forma de sua constituição e dissolução, assim como quanto à prole, o que não exclui o dever do Estado de promover os meios para o exercício de tais direitos, que incluem a facilitação do casamento e do divórcio, assim como a educação e fornecimento de métodos contraceptivos necessários ao planejamento familiar.

Cumprir observar que o princípio da não intervenção foi expressamente reconhecido pela codificação civil de 2002, ao prever, em seu artigo 1.513, que “É defeso a qualquer pessoa, de direito público ou privado, interferir na comunhão de vida instituída pela família” (BRASIL, 2002).

Não obstante a vedação geral, cada vez mais é legitimado o intervencionismo estatal sobre âmbito familiar em certos temas que influem no desenvolvimento saudável da sociedade.

Gagliano e Pamplona Filho (2015, p. 85) alertam que seria precipitado concluir que o Estado, especialmente o Poder Judiciário, não possa opor qualquer interferência. De fato, como observam os autores, se houver ameaça ou lesão ao interesse dos integrantes ou à própria estrutura familiar, pode o Poder Público ser chamado a intervir. Atuam nesse sentido, por exemplo, o Conselho Tutelar, as Varas de Família e da Infância e Juventude.

Não se conclua, no entanto, partindo-se desse princípio, que os órgãos públicos, especialmente os vinculados direta ou indiretamente à estrutura do Poder Judiciário, não possam ser chamados a intervir quando houver ameaça ou lesão a interesse jurídico de qualquer dos integrantes da estrutura familiar, ou, até mesmo, da família considerada com um todo. E um exemplo do que se diz é a atuação do Juiz da Infância e da Juventude

ou do próprio Juiz da Vara de Família, quando regula aspectos de guarda e direito de visitas, ou, ainda, quando adota uma urgente providência acautelatória de saída de um dos cônjuges do lar conjugal (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2015, p. 85).

No estudo dessa problemática, Paulo Lôbo (2011, p. 36) elenca hipóteses legítimas para a interferência do Estado nas questões e decisões familiares:

A Constituição de 1988 proclama que a família é a base da sociedade. Aí reside a principal limitação ao Estado. A família não pode ser impunemente violada pelo Estado, porque seria atingida a base da sociedade a que serve o próprio Estado.

Há situações, entretanto, que são subtraídas da decisão exclusiva da família, quando entra em jogo o interesse social ou público. Nesses casos, o aumento das funções do Estado é imprescindível. Como exemplos, têm-se:

- a) é social a obra de higiene, de profilaxia, de educação, de preparação profissional, militar e cívica;
- b) é de interesse social que as crianças sejam alfabetizadas e tenham educação básica, obrigatoriamente;
- c) é de interesse público a política populacional do Estado, cabendo a este estimular a prole mais ou menos numerosa. O planejamento familiar é livre, pela Constituição, mas o Estado não está impedido de realizar um planejamento global;
- d) é de interesse social que se vede aos pais a fixação do sexo dos filhos, mediante manipulação genética;
- e) é de interesse social que se assegure a ajuda recíproca entre pais e filhos e idosos e que o abandono familiar seja punido;
- f) é de interesse público que seja eliminada a repressão e a violência dentro da família (LÔBO, 2011, p. 36).

Em seguida, importante citar o *princípio da pluralidade das entidades familiares*. Como já se afirmou em outros momentos neste trabalho, a Constituição da República de 1988 rompeu com a tradição de suas antecessoras que unicamente reconheciam a família matrimonializada e passou a prever expressamente três modalidades familiares: matrimonializada (casamento), informal (união estável) e monoparental.

Nas palavras de Farias e Rosenvald (2013, p. 88), o “constituente apenas normatizou o que já representava a realidade de milhares de famílias brasileiras, reconhecendo que a família é um fato natural e o casamento uma solenidade”.

Alertam ainda os autores que a proteção constitucional não é destinada unicamente à tríade de unidades familiares reconhecidas do texto da Constituição, pois “o rol da previsão constitucional não é taxativo, estando protegida toda e qualquer entidade familiar, fundada no afeto, esteja, ou não, contemplada expressamente na dicção legal” (FARIAS; ROSENVALD, 2013, p. 88).

Na mesma trilha é o preclaro de Lôbo (2002, p. 3):

Os tipos de entidades familiares explicitados nos parágrafos do art. 226 da Constituição são meramente exemplificativos, sem embargo de serem os

mais comuns, por isso mesmo merecendo referência expressa. As demais entidades familiares são tipos implícitos incluídos no âmbito de abrangência do conceito amplo e indeterminado de família indicado no *caput*. Como todo conceito indeterminado, depende de concretização dos tipos, na experiência da vida, conduzindo à tipicidade aberta, dotada de ductilidade e adaptabilidade.

Na doutrina, são frequentemente citados como exemplos de modelos familiares abrangidos implicitamente pela Constituição a família substituta, derivada da adoção e colocação do menor em lares substitutivos.

A Constituição consagra também o *princípio da solidariedade familiar*, ou da solidariedade entre ascendentes e descendentes, pelo qual os pais têm o dever de assistência para com os filhos menores, enquanto os filhos maiores têm o dever de amparo aos pais na velhice (NOVELINO, 2014, p. 614).

Outros dos valores fundantes do Direito de Família constitucionalmente consagrados é o *princípio da isonomia entre os parceiros*, que põe termo final e definitivo ao caráter patriarcal do tratamento jurídico dispensado às famílias brasileiras.

A igualdade entre homem e mulher é vista já no artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal, que averba que “todos são iguais perante a lei”. Buscando maior explicitação, o inciso I do mesmo dispositivo prescreve que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” e, ainda, o artigo 226, §5º, dita que “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (BRASIL, 1988).

Evidentemente, o preceito de igualdade não obsta tratamento diferenciado de homem e mulher quando estiverem em situações desiguais, onde inexistam um sinalagma, onde haja justo motivo para um *discrímen*. A esse respeito, sempre há de se recordar a máxima de Direito cunhada através da obra de Rui Barbosa (*apud* FARIAS; ROSENVALD, 2013, p. 119), para quem deve-se entender que “a regra da igualdade não consiste senão em quinhoeirar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigalam. Nessa densidade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira igualdade”.

Assim, na relação entre cônjuges e/ou companheiros, homem e mulher, desde que se encontre em igualdade de condições, deverão receber do Direito, do jurista, da sociedade e, primordialmente um do outro, tratamento igualitário. Mas, se em degraus diversos, o cônjuge ou companheiro do sopé deve receber tratamento que o ponha em igual condição ao do consorte.

Inúmeros são exemplos de normas que, lastreadas pelo axioma da isonomia material, privilegiam a mulher em detrimento do homem, buscando pô-los num mesmo degrau. Desconhecida, porém, qualquer norma que o faça o mesmo em relação ao homem. As normas a bem do homem tornaram-se, no curso da história, exemplos da marca machista de modelos sociais que, com felicidade, pode-se dizer superados no Brasil. É um fato, uma constatação, que o Direito contemporâneo preocupa-se em reparar anos de opressão contra a mulher.

Não obstante, quanto mais se repara essa histórica discriminação, quanto mais se aproxima da igualdade social entre os cônjuges ou companheiros, as normas discriminatórias antes vistas como essências à igualdade material entre homem e mulher passam a padecer da mácula da inconstitucionalidade, devendo ser revistas à luz da tábua axiomática de nossa lei maior.

Transborda os objetivos desse trabalho discorrer acerca das tantas normas pró-mulher. No entanto, uma delas, nova no ordenamento, deve ser anotada, a fim de se demonstrar justamente a noção de que, com o avanço da igualdade, devem retroceder os benefícios femininos na lei. Fala-se aqui da conhecida norma de competência nas ações relativas ao vínculo conjugal.

O artigo 100, inciso I, do Código de Processo Civil de 1973 (BRASIL, 1973) prescreve ser competente o foro “da residência da mulher, para a ação de separação dos cônjuges e a conversão desta em divórcio, e para a anulação de casamento”. Já a Lei n. 13.105/2015 (BRASIL, 2015), que estabelece o novo Código de Processo Civil, adota critérios bastante diversos de seu antecessor.

O legislador brasileiro, ao observar que, diante da evolução social e da independência feminina, nem sempre na ação de divórcio é necessário que, para se assegurar a igualdade entre os cônjuges, a ação seja processada no domicílio da mulher, alterou o paradigma que antes determinava a competência.

Com efeito, prescreve o artigo 53, inciso I, do novo Código de Processo Civil que, para as ações relativas ao casamento ou à união estável, será competente o foro “a) de domicílio do guardião de filho incapaz; b) do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz; c) do domicílio do réu, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal” (BRASIL, 2015).

É obvio a maior fragilidade daquele cônjuge ou companheiro que, após o divórcio ou fim da união estável, ficou incumbido da guarda dos filhos incapazes. Noutro plano, se inexistir filho incapaz, o local do último domicílio do casal é, como

regra, o que propicia melhores condições probatórias e satisfativas dos interesses discutidos, notadamente quando envolvida a partilha dos bens e o dever alimentar de um cônjuge para com o outro. Por fim, se nem uma coisa nem outra ocorrer, não há na sociedade de hoje, pelo menos ordinariamente, qualquer aspecto que justifique a discriminação normativa antes dispensada pelo artigo 100, inciso I, da codificação de 1973.

Vê-se pois, que, o que antes era visto plenamente legítimo em face da desigualdade de gênero, hoje se tornou um *discrímen* injustificado, que a própria lei se encarregou de abolir.

Ainda, pela atualidade do tema, não se poderia deixar de fazer referência ao feminicídio, que é nova hipótese de homicídio qualificado incluída no Código Penal pela Lei 13.104/2015 (BRASIL, 2015). Segundo o artigo 121, §2º, inciso VI, e §2º-A, está sujeito a pena de reclusão de doze a trinta anos o homicídio cometido contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, assim considerados a violência doméstica e familiar e o menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Trata-se de uma discriminação justificada que tenta coibir o histórico brasileiro de agressão contra mulheres no cenário doméstico ou por mero machismo. Não se pode ignorar, evidentemente, que mulheres também pratiquem graves crimes contra a integridade física e a vida de seus parceiros, mas, nesse ponto, a lei corretamente deu tratamento diferenciado à mulher porquanto o homem, por sua própria e natural compleição física superior, encontra menores barreiras no cometimento de tais crimes contra pessoa do sexo oposto.

Na sequência, merece menção o *princípio da igualdade entre os filhos*, insculpido pelo artigo 227, §6º, da Constituição Federal ao prever que “os filhos, havidos ou não do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer discriminações relativas à filiação”. Verifica-se do comando constitucional norma proibitiva de qualquer discriminação fundada na natureza do vínculo entre os genitores (casados ou não) ou da origem do vínculo familiar (biológico ou por adoção).

Interessa anotar que o texto constitucional não se limitou a banir o tratamento desigual, mas também qualquer qualificação discriminatória, o que afasta a possibilidade do emprego de designações pejorativas como filho incestuoso ou adúltero.

Cumprido lembrar que, nesse ponto, a Constituição da República Federativa

do Brasil editada em 1988 é pioneira. De fato, como lembra Lôbo (2011, p. 36) “a França, país que sempre se destacou pelas inovações no direito de família, apenas em 2005 extinguiu definitivamente a discriminação entre filhos legítimos e ilegítimos, que deixou de existir no Brasil desde 1988”,

O *princípio do planejamento familiar da paternidade responsável* vem previsto no parágrafo 7º do artigo 226 da Constituição Federal.

O planejamento familiar, como sabido, é fundamental para evitar o surgimento de famílias desestruturadas, sem condições de autossustentar-se. Trata-se de noção para qual imprescindível certo nível de educação e amadurecimento não só do indivíduo, mas também da sociedade e do Estado.

O dispositivo pode ser dividido em dois comandos distintos, ambos dirigidos ao Estado. No primeiro, a Lei Maior impõe uma obrigação negativa ao Estado, proibindo-o de imiscuir-se no planejamento familiar do casal: “fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal”.

Essa primeira parte do dispositivo constitucional vai de encontro aos compromissos assumidos pelo País na Convenção Interamericana de Direitos Humanos, ou Pacto de São José da Costa Rica como comumente denominado. De fato, o artigo 11 item 2, determina que “Ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, em sua família [...]”, ao passo que o artigo 17 item 2, dispõe que “É reconhecido o direito do homem e da mulher de contraírem casamento e de constituírem uma família”.

Na segunda parte do artigo 226, §7º, da Constituição é atribuído um dever positivo, determinando-se ao Estado que propicie recursos educacionais e científicos (contraceptivos) que permitam às famílias compreender e exercer o seu direito à liberdade do planejamento familiar: “competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito”.

Com redação bastante semelhante o artigo 1.565, §2º, do Código Civil, também assegura a liberdade do casal no planejamento familiar e determina ao Estado a prestação não só de assistência educacional, mas também financeira para o exercício desse direito. *In verbis*: “O planejamento familiar é de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e financeiros para o exercício desse direito [...]”.

Ainda, para regulamentar o comando constitucional, foi editada a Lei

9.263/1996 (BRASIL, 1996) traz um conjunto sistematizado de regras que tratam da liberdade do planejamento familiar, da assistência à gestação, à concepção e à contracepção, dos métodos contraceptivos admitidos e dos proibidos e dos crimes contra esse direito fundamental.

Releva anotar, em comentário a citada lei, que são vedadas, como métodos de contracepção, as cirurgias de histerectomia (retirada do útero) e ooforectomia (retiradas dos ovários), não obstante admitidos tais procedimentos por exigência médica e para outros fins que não o controle de natalidade. No entanto, outros procedimentos cirúrgicos esterilizantes como a laqueadura tubárica e a vasectomia são permitidas mediante o atendimento de certas condições.

A Lei n. 9.263/1996 ainda tipifica como crime, entre outras condutas, as de realizar esterilização cirúrgica em desacordo com as condições que estabelece, bem como a exigência de atestado de esterilidade para qualquer fim.

Já o *princípio da facilitação da dissolução do casamento* decorre do artigo 226, §6º, da Constituição Federal, o qual, em sua redação original, previa “O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos”.

A Constituição da República, com nitidez, privilegiou a autonomia da pessoa em decidir quanto a manter-se casada, mas ainda era semirrígida quanto à dissolução do casamento. A lógica da facilitação do divórcio é bastante simples: se o matrimônio, como relação familiar, funda-se no afeto, o desaparecimento desse faz surgir o direito à dissolução daquele.

Na linha do dispositivo constitucional, a Lei n. 7.841/1989 (BRASIL, 1989) pôs fim ao limite de um divórcio por pessoa, que havia sido instituído pela Lei n. 6.515/1977 (BRASIL, 1977). Anos depois, a Lei 11.441/2007 (BRASIL, 2007) autorizou a dissolução administrativa do casamento, mediante escritura pública, desde que ausente interesses de incapaz.

Em um salto evolutivo ainda maior, a Emenda Constitucional n. 66/2010 (BRASIL, 2010) completou o processo de facilitação do divórcio ao extinguir a figura da separação judicial e suprimir a exigência de prazos para a obtenção do divórcio. Passou a ser a seguinte a redação do artigo 226, §6º: “O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio”.

Firmada essa perspectiva do Direito de Família, que é o universo da

problemática proposta, é o momento de avançar para o objeto geral do presente estudo: o nome da pessoa natural.

2 O NOME DA PESSOA NATURAL NA PERSPECTIVA CIVIL CONSTITUCIONAL

Nas notas de introdução do presente estudo, já se teve a oportunidade de alertar para a incomensurável importância da nomeação de coisas e pessoas para o convívio social.

De fato, o convívio em grupo faz surgir a necessidade da designação por nomes. A nomeação de coisas e seres é elemento imprescindível à comunicação, despontando daí a sua primitiva necessidade.

Para tal constatação, basta observar que um indivíduo isolado ou alheio a qualquer interação com outro ser humano não precisaria fazer uso de nomes; lhe bastaria saber o que são as coisas e quem são os seres que o cercam.

O nome conjugal reverbera intensamente sobre o convívio social da pessoa casada, daí a necessidade de se dedicar ao seu estudo, iniciando pela noção de seu conceito e atributos do instituto que lhe é logicamente precedente: o nome civil da pessoa natural.

2.1 NOÇÃO CONCEITUAL, ESTRUTURAL, FUNCIONAL E ATRIBUTOS

Tradicionalmente os mais diversos estudos do Direito Civil conceituam o nome da pessoa natural como o sinal exterior pelo qual é ela designada no meio familiar e social, sendo a manifestação mais expressiva da personalidade.

Brandelli (2012, p. 15) chama atenção para a necessidade de, em prestígio à técnica científica, adotar-se precisão terminológica entre quatro distintas expressões: direito ao nome, direito a um nome, direito de pôr um nome e direito de tomar um nome.

O *direito ao nome* é o direito à identificação pessoal por meio de um signo chamado nome, sendo um direito que nasce com a pessoa. O *direito a um nome* é o direito sobre certo e determinado nome, direito este que se adquire com o registro civil ou pelo uso social prolongado e notório. O *direito de pôr um nome* é o direito de nomear alguém, como o direito dos pais escolherem o nome que vão atribuir ao filho. O *direito de tomar um nome* é direito do indivíduo colocar um nome em si próprio, como, por exemplo, no caso do filho que exige o reconhecimento de sua paternidade

do pai que não o registrou.

Segundo preleção de Diniz (2012, p. 226), o nome é o primeiro fator da individualização da pessoa natural, que se completa com outros dois fatores: estado e domicílio.

Coelho ressalta que nome não tem unicamente relevância jurídica, mas principalmente psicológica na medida em que é a base para construção da personalidade do indivíduo (2012, p. 87).

Um tanto mais além, Venosa (2004, p. 2010) observa que o nome da pessoa continua a ter influência jurídica e social mesmo após a morte. De fato, permanece na lembrança de seus familiares e da sociedade, principalmente se, em vida, o indivíduo dedicou-se a atividades de vulto, sendo o nome da pessoa falecida digno de certa proteção da lei.

Na obra de Diniz (2012, p. 227), o nome é abordado em dois aspectos: público e individual. O aspecto público decorre do fato do nome da pessoa natural estar ligado ao registro da pessoa natural, em norma de ordem pública e aplicação cogente. De outro lado, o aspecto individual relaciona-se com o direito da pessoa de fazer uso do próprio nome e de combater o uso indevido por terceiros.

Em raciocínio semelhante, Venosa (2004, p. 2010) assevera que, sob o prisma do direito público, o Estado encontra no nome fator de estabilidade e segurança para identificar as pessoas; enquanto que sob o ângulo de visão do direito privado, o nome é essencial para o exercício regular dos direitos e do cumprimento das obrigações.

Brandelli (2012, p. 34) identifica cinco funções exercidas pelo nome, quais sejam: individualização, identificação, indicação da procedência e estado familiar, indicação do estado sexual e relevância na personalidade. Cumpre analisar cada uma segundo as lições do referido autor.

A *individualização* é a principal das funções do nome, na medida em que, desde sua origem, é empregado para determinação individual de cada ser humano. Nesse panorama, afastam-se confusões possíveis, evitando que um indivíduo aproveite-se falsamente das qualidades pessoais de outra pessoa. Sem a distinção dos indivíduos, não se teria um grupo social e sim um rebanho. Não há nenhum outro signo identificado que desempenhe tal função tão bem quanto o nome. Os números da cédula de identidade ou CPF não personificam uma pessoa; ao contrário, eles até a despersonalizam, transmutando-a num mero código.

A *identificação* não deve ser confundida com a individualização. O nome, como fator de individualização, serve para distinguir um indivíduo dos demais, enquanto que, como fator de identificação, serve para comprovar que o indivíduo é quem afirma ser. É certo que o nome por si só não é um identificador tão confiável (quer pela possibilidade de uma pessoa ostentar nome diverso do seu, quer pela possibilidade de homonímia), mas, aliado a outros elementos (principalmente números de documentos oficiais), torna-se poderoso fator de prova da personalidade de uma pessoa.

Enquanto fator de *indicação da procedência familiar* o nome cumpre importante função perante a sociedade (que pode, pelos sobrenomes, conhecer a ancestralidade do indivíduo) e o próprio indivíduo (fazendo-o sentir parte integrante de um grupo familiar). O nome pode funcionar ainda como fonte de *identificação do estado familiar*, o que ocorre quando um dos cônjuges adere ao sobrenome do outro.

Outra importante função é a de *identificação do estado sexual*. Nomes possuem gênero. Na grande maioria dos casos, é possível determinar o sexo de uma pessoa apenas pelo seu prenome (Francisco, homem; Francisca, mulher). O nome, portanto, deve necessariamente se adequar ao sexo do seu portador, sendo legítima a recusa do oficial de registro em lavrar assento com nome não adequado ao gênero do indivíduo. A exceção fica por conta de nomes comuns aos dois gêneros, como Darci, que identifica tanto homens quanto mulheres.

Por fim, o nome exerce importante *relevância na personalidade*. Não obstante tradicionalmente tido como sinal exterior de uma pessoa, o nome integra a personalidade de uma pessoa, confundindo-se com ela. A fama, boa ou má, e as características íntimas que compõe a personalidade de um indivíduo transitam no mundo fundidas ao seu nome. Apenas o nome evoca a personalidade do indivíduo de forma perfeita, por isso, é por meio dele que o indivíduo é glorificado ou denegrido. A pronúncia do nome traz os predicados da personalidade, sendo esses dois elementos, portanto, indissociáveis. Ademais, a psicologia demonstra o nome, antes de ter uma utilidade social, serve à composição do “eu” psicológico e moral da pessoa.

O nome, visto num aspecto estrutural, é decomponível basicamente em dois elementos: o prenome e o sobrenome, sendo que a cada um corresponde uma diferente função na designação da pessoa natural.

Também chamado de nome individual ou primeiro nome, prenome é a

partícula destinada a designação individual da pessoa, podendo apresentar-se na forma simples ou composta (João ou João Paulo, por exemplo).

A seu turno, o sobrenome, também designado patronímico, nome de família ou apelido de família, é responsável pela indicação da ancestralidade do indivíduo, de sua procedência familiar ou estirpe. Assim como o prenome, pode ser encontrado tanto na forma simples quanto na composta (Bezerra ou Vilas Boas, por exemplo).

Pode ainda incidir um elemento accidental chamado agnome, cuja função estrutural é complementar o nome de seu portador, indicando o grau de parentesco ou geração (Neto, Júnior, Filho, por exemplo).

O vocábulo “nome”, assim na legislação como na doutrina, é empregado de modo disforme. Nesse sentido, Faria e Rosenvald (2013, p. 287) pontuam que, por vezes, emprega-se a palavra “nome” para designar o nome inteiro, mas em outras ao mesmo termo é dado o significado de prenome ou nome de família.

Partindo das lições de Farias e Rosenvald (2013, p 287), é possível apontar os seguintes atributos do nome civil da pessoa natural:

(i)absoluto, pois produz efeitos *erga omnes*;

(ii)obrigatório, pois, na esteira do art. 50 da Lei n. 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos), todo indivíduo deve ser registrado com um nome civil, até mesmo o natimorto. Complementa Brandelli (2012, p. 65) que a obrigatoriedade tem duas facetas: a obrigatoriedade de ter um nome e a obrigatoriedade de usar o nome. Desse último aspecto decorre a proibição de ocultar seu nome perante as autoridades ou de alterar arbitrariamente o próprio nome, ressalvado, evidentemente, o uso de apelidos, nome artístico, etc;

(iii)indisponível, pois não se admite seja objeto de alienação, renúncia e outras formas de disposição definitiva; de igual sorte, não poderá ser expropriado ou transmitido ou cedido. Brandelli (2012, p. 72) adverte que em situações como aquelas em que ocorre o uso do nome de artista para promoção de campanha publicitária, há mera aparência de cessão. Na verdade, em contratos dessa espécie, a pessoa apenas se obriga a tolerar uma situação (o uso de seu nome por terceiro) à qual poderia se opor legitimamente. Não se transmite o direito ao nome, mas apenas assume-se o compromisso de tolerar o uso por terceiro;

(iv)imprescritível, pois o tempo não corroí o direito do indivíduo à própria individualização; e

(v) relativamente imutável, aspecto que será melhor tratado à frente, quando

do estudo do regime jurídico do nome.

A noção conceitual, funcional e estrutural do nome, aliado aos seus atributos principais, conduzem à indagação e, posteriormente, à conclusão quanto à natureza jurídica desse instituto. A essa problemática se dedica o próximo item deste trabalho.

2.2 NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO À IDENTIDADE

Como exposto há pouco, o direito ao nome possui natureza dúplice porquanto contemple uma conotação de direito individual e, ao mesmo tempo, também possui aspecto de direito público.

Essa dualidade conduziu a discussões de grande vulto quanto à verdadeira natureza jurídica do nome. As correntes formadas em torno dessa discussão ora privilegiam a face pública do nome, ora dão preferência ao aspecto privado e, às vezes, mesclam ambos os elementos.

Imperioso pontuar que a definição da real natureza jurídica do direito da pessoa natural à identidade transcende à mera discussão acadêmica. De fato, além de ser um imperativo para o aprimoramento científico do Direito, a determinação da natureza jurídica repercutirá sobremaneira sobre os efeitos que o direito ao nome deve produzir nas relações interpessoais.

São quatro, basicamente, as teorias formadas a respeito: teoria negativista, teoria do direito de propriedade, teoria da polícia civil e teoria do direito da personalidade.

A *teoria negativista*, conforme se infere de sua própria designação, nega a existência de um direito ao nome. Beviláqua (*apud* BRANDELLI, 2012 p. 18) foi, no Brasil, o seu principal defensor. Segundo esse civilista, o nome é mera forma de designação da pessoa e não apresenta os caracteres típicos de um direito verdadeiro.

Alerta essa corrente que o nome designa a personalidade e essa não é um direito, mas sim um complexo de direitos. Não obstante, os direitos ligados ao nome – como o de opor-se ao uso indevido por terceiro – são vistos como merecedores da tutela jurídica (BEVILÁQUA *apud* BRANDELLI, 2012, p. 18).

Brandrelli (2012, p. 18) registra que Jhering seguia o mesmo raciocínio ao defender que não é o nome propriamente que é tutelado pelo direito, mas sim algum

interesse que esteja jungido a ele.

A *teoria do direito de propriedade* funda-se na premissa de que o domínio pode incidir tanto sobre bens materiais quanto sobre bens imateriais. Sob essa perspectiva, o nome representa bem imaterial integrante do patrimônio de seu titular. Os defensores desse pensamento usam, numa atividade retórica, o argumento de que a pessoa que adquire um nome pode exercer os direitos a ele inerentes com exclusão das demais. Expõe Brandelli (2012, p. 19) como se dá, dentro dessa teoria, a relação do titular de um nome com terceiros:

Haveria assim um direito de propriedade sobre o nome, que proporcionaria ao “proprietário” usar e fruir de maneira absoluta sobre o seu nome, excluindo as demais pessoas. Tratar-se-ia, dentro da concepção tradicional de propriedade, de um poder absoluto de uma pessoa sobre um bem, do qual poderia usar e fruir livremente, com exclusão de todo o restante da coletividade.

Brandelli (2012, p. 19) pontua ainda que a concepção de teoria está relacionada ao influxo do liberalismo econômico burguês que inspirou o Direito Civil até meados do Século XIX. O raciocínio jurídico liberalista, marcadamente individualista, assentava-se sobre dois pilares: propriedade e o contrato. Como o direito ao nome é instituto muito distante do delineamento normal de um contrato, natural que os juristas da época o enquadrassem como direito de propriedade.

Limongi França (*apud* Brandelli, p. 20) averba que a teoria em discussão bem poderia chamar-se teoria francesa do direito ao nome, tamanha a recepção que teve em solo francês. Observa ainda que os doutrinadores franceses a desmembraram em três subdivisões. A primeira delas denominada *teoria radical da propriedade do nome*, pregando que o nome é uma propriedade e que todo homem é senhor de seu nome. A segunda, *teoria da propriedade sui generis*, afirmava que o nome é uma propriedade peculiar, sujeita a um regime especial. Por fim, a *teoria da propriedade imaterial*, que, sem muito acrescentar, advogava que o nome é um direito imaterial pertencente ao seu titular.

A ideia do nome como uma propriedade não escapou de severas e fundadas críticas, tais como: (i) fosse propriedade, o nome admitiria condomínio; (ii) o nome não pode ser onerado ou alienado; (iii) o nome não se transmite causa mortis; (iv) o nome é obrigatório, o implicaria na estranha figura de uma propriedade compulsória; e (v) o nome é intrínseco ao sujeito, enquanto a propriedade recai sobre coisas exteriores (BRANDELLI, 2012, p. 20).

Não obstante, Venosa (2010, p. 225) assinala a subsistência da noção do nome como propriedade ao menos num dos seus aspectos na vida civil: o nome artístico. Nas palavras do autor:

Dentro do meio artístico, o nome é um patrimônio, protegido pela Lei n. 9.610/98, que no art. 12 autoriza que em toda divulgação de obra literária, artística ou científica, legalmente protegida no país, seja indicado, ainda que abreviadamente, o nome ou pseudônimo do autor ou autores, salvo convenção em contrário das partes.

Por outro lado, Gagliano e Pamplona Filho (2012, p. 155) asseveram que a concepção patrimonialista do direito ao nome somente incide nas relações de direito comercial, onde o nome empresarial possui notória conotação pecuniária. Já o nome civil da pessoa natural é evidente o caráter extrapatrimonial:

Tal tese somente prospera em relação ao nome comercial, que, por possuir valor pecuniário, torna patrimonial o direito do titular. Em relação ao nome civil, porém, é inaceitável tal afirmação, uma vez que o direito ao nome tem natureza evidentemente extrapatrimonial, haja vista que ninguém pode dispor do próprio nome, alienando-o ou abandonando à mercê de terceiros.

A *teoria da polícia civil* ou *teoria do estado*, segundo Gagliano e Pamplona Filho (2012, p. 155), rebaixa o nome a uma obrigação imposta pelo Estado para identificação dos indivíduos com fins de interesse coletivo, como a segurança pública.

Assim como na teoria negativista, a teoria da polícia civil ou do estado negam ao nome o status de direito, mas, ao contrário daquela, essa segunda teoria dá primazia à repercussão pública do nome da pessoa natural.

Necessário observar também que, enquanto a teoria negativista limitava-se a desqualificar o nome como um direito, sem lhe atribuir uma outra natureza, a teoria da polícia civil atribui ao nome o caráter de obrigação para com o Estado e a coletividade.

Brandelli (2012, p. 22) assinala que a justificativa da teoria do estado de polícia reside no fato de que o direito positivo não contempla o nome como uma faculdade do indivíduo, não lhe confere potestade para escolher entre ter ou não um nome, mas, pelo contrário, impõe a todos a adoção de um desde o início da vida, isso por um imperativo do interesse coletivo:

A lei não faculta às pessoas a possibilidade de ter ou não um nome, mas impõe a obrigatoriedade deste signo de identificação, e estabelece tal obrigatoriedade não com vistas ao interesse particular das pessoas, mas com vistas ao interesse da coletividade.

Nessa esteira, o nome seria uma instituição de polícia civil, ou seja, uma forma obrigatória de designação das pessoas.

Para os adeptos deste pensamento, o nome é uma obrigação, mais do que o objeto de um direito; é forma, coativa, de designação dos indivíduos. Tem-se, nessa esteira, que o nome é a forma cogente de designação das pessoas, e o ordenamento o exige como meio e como garantia de ordem social (BRANDELLI, 2012, p. 22).

Apesar de verdadeira a assertiva de que, no regime jurídico do nome este apresenta-se como um elemento obrigatório de identificação individual, essa concepção esbarra em duas incongruências insuperáveis. De fato, conforme alerta Brandelli (2012, p. 22), em primeiro lugar, o nome é fenômeno anterior ao surgimento do Estado e, por isso, a concepção do nome como mera obrigação imposta pelo Estado é logicamente incongruente; em segundo lugar, a visão do nome como obrigação deixa de explicar inúmeras questões envolvendo o nome em relações interpessoais privadas.

Por fim, a *teoria do direito da personalidade* é a unanimidade entre os civilistas contemporâneos. Na perspectiva proposta por tal doutrina, o nome é a exteriorização da personalidade do indivíduo, afigurando-se como um direito inato da pessoa natural.

O Código Civil de 1916 ignorou o nome como um direito inerente à personalidade da pessoa. Aliás, não poderia ser diferente na medida em que seu anteprojeto foi redigido por Clóvis Beviláqua, civilista que pregava a inexistência de um direito ao nome.

Sobre a questão, Brandelli (2012, p. 20), com lastro no escólio de Limongi França, observa que “a este pensamento de Clóvis Beviláqua devemos o fato de não ter havido em nosso Código Civil de 1916 um tratamento adequado e sistemático do nome”.

Não obstante, o Código Civil de 2002 não deixa dúvidas da opção pela teoria do direito da personalidade. De fato, o direito ao nome e a sua disciplina básica estão presentes nos artigos 16 a 19, inseridos no Capítulo II, o qual se intitula “Dos direitos da personalidade”.

O nome como direito da personalidade representa atributo indissociável da pessoa humana, um mínimo indispensável para o desenvolvimento do ser.

Evidentemente, o fato de ser visto como um direito da personalidade não afasta do nome a obrigatoriedade em relação às relações de caráter público. O mérito da teoria do direito da personalidade é justamente dar prevalência ao aspecto

preponderante do nome.

A natureza de direito da personalidade influi notoriamente sobre os atributos próprios do direito ao nome, exposto no item anterior, e também em relação ao regime jurídico dispensado pelo direito brasileiro ao nome da pessoa natural, à qual o presente trabalho se dedica nas linhas seguintes.

2.3 O REGIME JURÍDICO DO NOME

Trabalhou-se no primeiro capítulo deste estudo o fenômeno da descodificação do Direito Privado, o qual se traduz, basicamente, na disciplina de temas do direito privado em diplomas legislativos avulsos (cujo conjunto se tem denominado legislação extravagante). No que pertine ao nome da pessoa natural, ocorre fenômeno semelhante.

Antes porém, de verificar a forma como tratado o nome no atual ordenamento civil, convém lembrar que, na codificação de 1916, o tema não era disciplinado de maneira sistematizada, principalmente por influência de Clóvis Beviláqua, civilista autor do anteprojeto e que se filiava à teoria negativista, negando a existência de um verdadeiro direito ao nome (BRANDELLI, 2012, p. 20).

Esse apontamento histórico é necessário para observar que a deficiência do Código Civil dos Estados Unidos do Brasil de 1916 no que toca ao nome da pessoa natural foi suprida por um diploma legislativo mais específico, qual seja o Decreto n.4857/1939, que dispunha sobre registros públicos e que posteriormente foi substituída pela Lei de Registros Públicos (Lei n. 6.015/1973), vigente até os dias atuais.

O Código Civil de 2002 obrou grande avanço no regime jurídico do nome ao afirmar peremptoriamente sua natureza jurídica de direito da personalidade.

Não obstante a mudança na forma como tratado o instituto, a novel codificação manteve uma dicotomia em seu regime jurídico: de um lado o Código Civil trata do aspecto individual do nome da pessoa natural e, de outro, a Lei de Registros Públicos (Lei n. 6.015/1973) se encarrega do aspecto público.

Com efeito, o Código Civil, nos artigos 16 a 19, confere o direito individual ao nome e o assegura contra ingerências de terceiros (o uso não autorizado, por exemplo). Já a legislação registral desponta na disciplina do tempo, modo e

requisitos do nome, com vista principalmente à de segurança jurídica.

Considerando que o presente momento destina-se a abordar o regime jurídico do instituto como um todo, será aqui conjugada a disciplina do Código Civil e da Lei de Registros Públicos. A análise proposta, no entanto, não é de esgotar a matéria – o que em muito ultrapassa os limites e objetivos do presente trabalho – nem de analisar regras específicas, mas sim de, por meio da análise da disciplina jurídico-positiva como um todo, extrair a essência da disciplina normativa do nome para que possa servir de substrato para as análises a respeito do nome de casada.

A bem da melhor compreensão, divide-se estruturalmente a análise do regime jurídico do nome em três enfoques: a aquisição, a alteração e o uso.

Quanto à *aquisição do nome*, é necessário de início observar que, como anotado alhures, a atribuição de um nome à pessoa natural é ato obrigatório. E isso em razão da necessidade de identificação dos indivíduos que compõe a sociedade para fins de segurança pública e das relações jurídicas interpessoais.

No plano jurídico-positivo, infere-se a obrigatoriedade do nome dos artigos 52 e 54 da Lei de Registros Públicos, que proclamam a obrigatoriedade da declaração do nascimento e da lavratura do assento respectivo, que tem entre seus requisitos a atribuição de um nome à pessoa.

Tradicionalmente se afirma que, embora o registro civil possua natureza declaratória em relação ao nascimento, ostenta natureza constitutiva no que diz respeito ao nome. Assim, o nome somente existe para o direito depois do registro. Melhor dizendo, o direito ao nome é inato à pessoa, mas o direito a um certo nome (a um nome determinado) só surge com o registro.

Nesse sentido é o escólio de Pontes de Miranda (2000, p. 97):

A imposição do prenome (*impositio nominis*) só se opera com o registro do nascimento. Quaisquer outros prenomes, que se tenha usado, ou em participações de nascimento, ou matrículas em escolas, ou passaportes, ou (irregulares) carteiras de identidade, não entraram no mundo jurídico e nenhuma eficácia têm. O direito brasileiro não abriu entrada ao direito eclesiástico, a respeito de batismo e de imposição de nome; por conseguinte, a pessoa, que foi batizada com um nome, pode ser registrada com outro, e só esse último suporte fático entra no mundo jurídico.

Há porém, exceções. Aponta Brandelli (2012, p. 112) que, caso uma pessoa não tenha sido registrada, mas utilize de longa data determinado nome, sendo por meio dele identificada no meio social em que vive, terá direito a este nome, recebendo a normal tutela jurídica. Assevera, no entanto, que nessa hipótese surge

uma obrigação registral qualificada, isto é, há não apenas a obrigação dessa pessoa ser registrada, mas de sê-lo com aquele nome, sob pena de violação do caráter público do instituto.

Como exemplo, é válido citar a hipótese – ainda comum – do indivíduo nascido em vilarejo rural muito distante do centro urbano e que, pela dificuldade de acesso ao órgão de registro, é apenas batizado e cresce sem qualquer documentação para formalizar seu nome, mas é por ele chamado tanto no meio familiar quanto no meio social em que vive. Negar, num caso como este, o direito da pessoa ao nome certo pelo qual é designada seria ir contra à própria finalidade do instituto e ofender a natureza do nome enquanto direito da personalidade.

Outra exceção digna de nota dá-se no caso pseudônimo. O Código Civil dispensa proteção não apenas ao nome registral, mas também ao pseudônimo ou heterônimo. Nesse sentido dispõe o artigo 19 que “o pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome”.

A lógica aplicável é a mesma daquela que incide no caso do nome de batismo usado por longa data por pessoa não registrada. No caso do pseudônimo, adquire-se o direito à tutela jurídica de um nome certo na medida em que este se torne um sério signo externo de uma pessoa no meio social.

Vale, com fins exemplificativos, fazer menção ao icônico caso de José Ribamar Ferreira de Araújo, ex-presidente da República conhecido na história do Brasil como José Sarney.

Em síntese, a pessoa natural adquire o direito a um nome certo mediante o registro, que terá natureza constitutiva, no entanto, pode adquiri-lo pelo uso prolongado e com reconhecimento social, hipótese que o registro terá meramente efeito declarativo.

Serpa Lopes (*apud* BRANDELLI, 2012), porém, possui raciocínio diferente. Para o autor, o registro tem natureza constitutiva apenas em relação ao prenome, pois os apelidos de família se adquirem *ipso iure*, são inatos, surgindo pelo simples fato de uma pessoa pertencer a uma determinada família.

Não obstante a consistência do argumento de Serpa Lopes, é necessário observar que ao filho não se transferem todos os apelidos de família, mas apenas alguns deles, e que, em diversas situações, a escolha dos patronímicos atribuídos ao filho fogem à tradicional regra do último sobrenome dos pais. Assim, com a vênua devida, o registro exerce também em relação ao patronímico um efeito constitutivo,

pois é o assento público quem materializará a escolha dos pais em relação aos apelidos de família conferidos ao filho.

Seguindo a tradição do Direito Registral e Notarial, é o registro quem dará publicidade formal ao ato registrado – no caso, a atribuição de um nome a um indivíduo – e lhe conferirá proteção *erga omnes*.

A composição do nome registral dá-se no mundo por três sistemas:

- 1) Sistema árabe e eslavo, “no qual, ao lado da designação individual, figuram outras que indicam, a par da filiação, qualidades e procedência da pessoa”.
- 2) Sistema europeu, “que é o seguido pela maior parte dos países e que consiste na atribuição de um nome próprio, seguido do apelido paterno, em geral único e obrigatório”.
- 3) Sistema peninsular, adotado “em Portugal, Espanha e alguns países sul-americanos, em que se fazem seguir ao nome próprio, apelidos das duas linhas, paterna e materna, com variações quanto à determinação de qual seja o apelido final e particularidades próprias de regulamentação conforme os países” (CARVALHO *apud* BRANDELLI, 2012, p. 118).

Perceptível que o Brasil adota o sistema peninsular, no entanto, a legislação nacional não contém normas rígidas quanto à formação do nome, mas unicamente uma disciplina básica e superficial.

O artigo 54 da Lei de Registros Públicos (Lei n. 6.015/1973) e o artigo 16 do Código Civil determinam que o nome seja composto de prenome e sobrenome. Não há porém, limitações numéricas a respeito: o prenome pode ser simples ou composto; o número de sobrenomes fica a critério do pai.

Também inexistente regra no que pertine à ordem que devem ser inseridos os sobrenomes, embora a tradição brasileira determine seja registrado primeiro o apelido da família materna e, ao final, o sobrenome paterno.

Na omissão dos pais, porém, determina o artigo 55 da Lei de Registros Públicos que “o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e na falta, o da mãe”. Trata-se da norma supletiva à vontade dos pais que ressalta a obrigatoriedade da presença do sobrenome.

Impera, pois, a liberdade de escolha como regra e cogência de normas estatais como exceção. Essas limitações excepcionais impostas pelo Estado têm, basicamente, dois fundamentos: a dignidade da pessoa humana e a segurança jurídica.

Em preservação à dignidade do titular, o artigo 55, parágrafo único, prescreve ao oficial de registros o dever de abster-se diante do pedido dos pais de registrar o filho com nome que possa expô-lo ao ridículo. Havendo insistência dos

pais, o mesmo dispositivo determina ao delegatário de serviço registral que leve a questão, por escrito, à conclusão do juiz.

A própria obrigatoriedade do nome é medida de preservação da dignidade da pessoa humana, afinal, uma pessoa sem uma designação oficial estaria sujeita a toda sorte de constrangimentos. Da mesma forma, a imposição de um sobrenome prestigia a dignidade do titular na medida em que lhe proporciona condição de sentir e ser visto pela sociedade como membro integrante de uma família.

Outrossim, a segurança jurídica atua como limitador da liberdade de escolha, por exemplo, em caso de gêmeos, hipótese na qual o artigo 63 da Lei de Registros Públicos determina que, se os pais decidirem por dar-lhes o mesmo prenome, este deverá necessariamente ser composto (Paulo Gabriel e Paulo Miguel, por exemplo).

A imutabilidade geral do nome – a ser analisada mais à frente –, é outro exemplo de norma que limita a liberdade de escolha em nome da segurança jurídica.

Brandelli (2012, p. 123), embora reconheça a existência de autorizadas vozes em contrário, como a de Limongi França, entende que a lacuna legislativa não significa propriamente uma autorização para discricionariedade absoluta na composição do nome. Para o autor, há que “repudiar-se a libertinagem formativa do nome, que apregoa que tudo é válido na formação do nome em face da ausência de regra dispositiva expressa”.

Cumprir observar uma hipótese prática a respeito. Há regra que determine a obrigatoriedade do sobrenome, mas a lei silencia quanto a qual sobrenome deva ser posto. Diante disso, os pais poderiam registrar o filho com apelido de família estranho a sua própria linhagem? O bom senso indica que não, pois nessa situação o sobrenome não estaria cumprindo a função social à qual se presta, que é identificar a origem da pessoa.

Assim, na lacuna legislativa, devem ser perquiridos os costumes que cercam o ato, cotejando-os com a liberdade de escolha e com os princípios básicos que regem a formação do nome para, a partir daí, extrair a norma que deva incidir no caso concreto.

Questões interessantemente controversas surgem a respeito, tais como: (i) a obrigatoriedade de se seguir a tradicional ordem de colocação dos sobrenomes (primeiro o da mãe e após o do pai); (ii) a obrigatoriedade de se seguirem as regras de ortografia; e (iii) a possibilidade de se inserir no nome sobrenome de ancestral remoto. A solução, porém, foge aos objetivos deste trabalho.

O segundo enfoque a ser abordado diz respeito à *alteração do nome*. Nesse ponto, vige a regra da imutabilidade, sendo a modificação do nome uma exceção. Assim há de ser em nome da preservação da segurança das relações intersubjetivas, pois a facilidade de se alcançar a alteração do nome de certo conduziria a enorme insegurança jurídica.

O nome é, portanto, uma marca indelével da pessoa, que deve ser mantido frente a meros melindres ou caprichos do indivíduo.

Gagliano e Pamplona Filho (2012, p. 63) apontam que as causas capazes de conduzir à modificação do nome são de duas ordens: necessárias ou voluntárias. Em suas palavras:

As possibilidades de alteração do nome classificam-se, tomando como parâmetro a motivação da iniciativa, em causas necessárias e voluntárias. As causas necessárias são aquelas decorrentes da modificação do estado de filiação (reconhecimento/contestação de paternidade ou realização da adoção) ou alteração do próprio nome dos pais.

Em relação às causas voluntárias, Diniz (2012, p. 234) expõe de forma compilada que a jurisprudência tem aceitado alteração do nome quando: 1) expuser seu portador ao ridículo; 2) houver erro gráfico evidente; 3) causar embaraços no setor eleitoral, comercial ou de trabalho (como no caso homonímia); 4) houver mudança de sexo; 5) houver apelido público notório, que pode substituir o prenome do interessado; 6) necessário para proteção de vítima ou testemunha de crime, ou de seus familiares; e 7) se quiser incluir o sobrenome de padrasto ou madrasta.

Vale registrar que o nome da pessoa natural é matéria de ordem pública, em razão do que o Ministério Público intervirá como fiscal da lei em todos os procedimentos que lhe digam respeito (FARIAS; ROSENVALD, 2013, p 288). Assim sendo, a intervenção do órgão é imprescindível nos procedimentos que envolvam pedido de alteração do nome, pois nesse caso há repercussão direta no interesse público uma vez que a alteração do signo de individualização da pessoa afeta a correta e segura identificação dos indivíduos que compõe a sociedade.

A celebração ou dissolução do casamento também pode funcionar como causa de alteração do sobrenome do indivíduo. A discussão dessa hipótese, entretanto, há que ser reservada ao capítulo seguinte.

Por fim, o terceiro enfoque a ser analisado nessa breve análise do regime jurídico do nome diz respeito ao *uso do nome*.

O titular de um nome tem o poder-dever de usá-lo, podendo exigir de

terceiros que o empreguem na sua identificação, bem como possui a faculdade de impedir terceiros de usurpá-lo ou empregá-lo sem autorização para qualquer fim.

Diz-se tratar-se de um poder-derver porque o titular do nome não apenas pode, mas deve identificar-se no meio social e perante as autoridades por seu nome.

Conforme comentado anteriormente, na dicotomia do regime jurídico do nome, compete ao Código Civil tratar da tutela do nome enquanto direito individual. Nessa senda prescreve o Código que "o nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória" e que "sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial" (artigos 17 e 18).

Nada obsta, porém, que o uso do nome seja objeto de negócio jurídico entre o seu titular e terceiro, como corriqueiramente ocorre no meio esportivo.

Recentemente, precisamente em 10 de junho de 2015, o Supremo Tribunal Federal julgou procedente, à unanimidade, o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade n. 4815 a fim de declarar inexigível prévia autorização para publicação de biografia. Entendeu o Pretório Excelso que, em relação às biografias não autorizadas, o direito à informação e a proibição da censura devem prevalecer sobre a proteção do nome, imagem e intimidade do biografado, devendo eventuais excessos ser sanados por instrumentos jurídicos adequados (BRASIL, 2015).

Analizadas a concepção civil-constitucional do nome, sua natureza jurídica e o regime jurídico básico a que submetido instituto, tem-se por formada uma base sólida a respeito da essência da disciplina normativa do nome, o que permitirá, com segurança, o estudo específico do nome conjugal.

3 NOME CONJUGAL SOB A INFLUÊNCIA DE NOVOS PARADIGMAS

Nos dois capítulos que precederam ao presente, buscou-se, num primeiro momento, alcançar os paradigmas atuais do Direito de Família e, em seguida, verificar as noções basilares da disciplina jurídica do nome da pessoa natural, tudo dentro de um panorama constitucional.

Os conhecimentos obtidos a partir das análises antecedentes conduzem à percepção da necessidade da releitura mesmo dos institutos jurídicos mais tradicionais do ordenamento civil.

Emprega-se aqui o termo “reler” como reavaliar, ver sobre um novo ângulo ou sob influência de paradigmas rejuvenescidos, o que não significa, necessariamente, pretender qualquer alteração.

O verdadeiro avanço científico jurídico não se obtém por um pseudoestudo predestinado a modificar algo, em um processo animado por um inventivismo sem propósito outro que não a narcisista finalidade de se poder dizer ter inovado em algo.

Assim, as linhas seguintes se destinam não a tentar encontrar uma proposta de mudança plausível e fruto de um discurso de premissas previamente concatenadas para proporcionar um avanço aparente. Muito diversamente disso, pretende-se identificar a real finalidade, funcionalidade e localização do nome conjugal dentro do universo jurídico atual. Só então será possível verificar se a clássica compreensão desse instituto deve ser realinhada.

Apesar das discussões críticas e dialéticas constituírem o objeto principal do estudo proposto, é necessário, antes delas, analisar o regime jurídico do nome conjugal num panorama histórico e puramente dogmático.

3.1 DISCIPLINA JURÍDICO-DOGMÁTICA DO NOME CONJUGAL

A redação original do artigo 240 do Código Civil de 1916 previa a obrigatoriedade da mulher, ao casar-se, acrescentar ao seu nome o sobrenome do marido:

Art. 240. A mulher assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família

(BRASIL, 1916).

Explica Dias (2012, p. 1) que tal disposição é marca da sociedade patriarcal da época. Segundo a autora, a sinalização de uma nova família deveria dar-se por meio do sobrenome do varão, impondo-se à mulher a mudança de um dos atributos da personalidade em prol da melhor designação do núcleo familiar.

Posteriormente, o Estatuto Jurídico da Mulher Casada (Lei n. 4.121/1962) alterou a redação do supramencionado artigo 240 do Código Civil de 1916, porém, não promoveu alteração substancial em relação ao nome de casada, que permaneceu sendo obrigatório.

Art. 240. A mulher assume, com o casamento, os apelidos do marido e a condição de sua companheira, consorte e colaboradora dos encargos da família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta (BRASIL, 1916).

Em ambas as redações, o artigo 240 do Código Civil de 1916 impunha a adoção do patronímico do cônjuge varão como efeito automático do casamento, isto é, independente de qualquer manifestação da aderente

O Código Civil de 1916 previa ainda que a condenação da mulher pelo desquite impunha a decretação da perda do direito ao nome de casada:

Art. 324. A mulher condenada na ação de desquite perde o direito a usar o nome do marido (BRASIL, 1916).

O quadro veio a sofrer alteração substancial com o advento da Lei do Divórcio (Lei n. 6.515/1977). Referido diploma deu uma terceira redação ao artigo 240 do Código Civil da época, incluindo um parágrafo único para tornar facultativa a adoção pela mulher do patronímico do marido:

Art. 240 - A mulher, com o casamento, assume a condição de companheira, consorte e colaboradora do marido nos encargos de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta.
Parágrafo único - A mulher poderá acrescentar aos seus os apelidos do marido (BRASIL, 1977).

A Lei do Divórcio (Lei n. 6.515/1977) ainda revogou o supracitado artigo 324 do Código Civil de 1916 – que previa a perda do direito ao sobrenome do marido se a mulher fosse condenada ao divórcio. Passaram a regular a questão os artigos 17 e 18 da própria Lei do Divórcio (Lei n. 6.515/1977):

Art. 17 - Vencida na ação de separação judicial (art. 5º " caput "), voltará a mulher a usar o nome de solteira.
§1º - Aplica-se, ainda, o disposto neste artigo, quando é da mulher a iniciativa da separação judicial com fundamento nos §§ 1º e 2º do art. 5º.
§2º - Nos demais casos, caberá à mulher a opção pela conservação do

nome de casada.

Art. 18 - Vencedora na ação de separação judicial (art. 5º " caput "), poderá a mulher renunciar, a qualquer momento, o direito de usar o nome do marido (BRASIL, 1977).

A nova disciplina em nada trouxe alento à posição da mulher. Ao contrário, agravou-lhe as condições. De fato, agora perderia o direito ao sobrenome de casada não só quando condenada pela separação, mas também quando a pedisse com fundamento da separação de fato há mais de dois anos ou com base em doença mental do consorte.

A disciplina inaugurada pelo Código Civil de 2002 é bastante inovadora em relação ao nome conjugal. O tema é tratado, basicamente, em três artigos.

O primeiro é o artigo 1.565, §1º, que dispõe ser opcional, por qualquer dos nubentes, a adesão do sobrenome do outro:

Art. 1.565. Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.

§1º Qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro (BRASIL, 2002).

A regra reflete o princípio da isonomia entre os cônjuges consagrada pela Constituição Federal de 1988. A partir da ideia de que ambos os nubentes podem aderir ao sobrenome do outro – muito embora a tradição recomende que apenas a mulher o faça –, afigura-se tecnicamente incorreta a expressão “nome de casada”, sendo preferível “patronímico conjugal”.

Dias (2012, p. 1) aponta que essa norma “rompe a forma de estruturação da sociedade brasileira, sempre identificada pelo nome do varão”.

A segunda disposição do Código Civil a respeito encontra-se no artigo 1.571:

Art. 1.571. A sociedade conjugal termina:

§2º Dissolvido o casamento pelo divórcio direto ou por conversão, o cônjuge poderá manter o nome de casado; salvo, no segundo caso, dispondo em contrário a sentença de separação judicial (BRASIL, 2002).

Tal disposição deixa ao arbítrio do cônjuge que aderiu ao sobrenome do consorte a opção por mantê-lo ou não, salvo se o contrário dispuser a sentença. Tal norma é complementada por uma terceira disposição, o artigo 1.578:

Art. 1.578. O cônjuge declarado culpado na ação de separação judicial perde o direito de usar o sobrenome do outro, desde que expressamente requerido pelo cônjuge inocente e se a alteração não acarretar:

I – evidente prejuízo para a sua identificação;

II – manifesta distinção entre o seu nome de família e o dos filhos havidos da união dissolvida;

III – dano grave reconhecido na decisão judicial.

§ 1º O cônjuge inocente na ação de separação judicial poderá renunciar, a qualquer momento, ao direito de usar o sobrenome do outro.

§ 2º Nos demais casos caberá a opção pela conservação do nome de casado (BRASIL, 2002).

A partir desse retrato, pode-se condensar a disciplina positiva do nome conjugal em quatro enunciados:

(i) é de livre escolha do nubente, homem ou mulher, incluir dentre seus apelidos de família o sobrenome do outro (art. 1.565, §1º);

(ii) se não houver declaração de culpado pela dissolução da união (separação ou divórcio consensual), aquela que ostenta o sobrenome material poderá livremente escolher entre mantê-lo ou não;

(iii) o cônjuge vencedor da ação de divórcio poderá exigir a perda, pelo consorte declarado culpado, do direito ao uso do patronímico conjugal desde que isso não provoque no cônjuge vencido: **a)** evidente prejuízo à sua identificação; **b)** dissociação entre seu nome e dos filhos havidos da união; e **c)** dano grave reconhecido por sentença; e

(iv) mesmo que, por ocasião do fim da relação, o cônjuge tenha optado pela manutenção do patronímico conjugal, poderá, a qualquer tempo, a ele renunciar.

A evolução no trato jurídico do nome conjugal acompanharam – ainda que com um largo atraso, como sói de acontecer na legislação do País – as mudanças culturais e axiomáticas havidas em seu tempo.

Não convém ao presente estudo aprofundamentos numa perspectiva histórica da legislação pretérita. Por isso, trabalhar-se-á sobre a legislação atual, buscando referência nos sistemas pretéritos quando conveniente para o esclarecimento da temática.

Até este ponto, a análise desenvolvida é puramente legislativa e dogmática, completamente acrítica, voltada unicamente a verificar a disciplina que o direito positivo dispensa ao nome conjugal. Para verticalização do estudo, necessário avaliar o sentido do nome conjugal sob a ótica dos paradigmas atuais que norteiam a inteligência do Direito Civil Constitucional e do Direito de Família.

3.2 REFLEXÕES SOBRE O NOME CONJUGAL APÓS O DIVÓRCIO

Como visto, o casamento é hipótese de relativização do princípio basilar da

imutabilidade do nome. De fato, o nome da pessoa natural pode ser alterado tanto quando se convola núpcias ou quando se dissolve o vínculo conjugal.

Não bastasse isso, há, por ocasião do casamento, várias possibilidades de combinações de sobrenome, mormente depois que o Código Civil de 2002 consagrou também ao homem o direito de aderir aos apelidos de família de sua consorte.

Pode a mulher abdicar de seus sobrenomes e substituí-los pelo do marido; ou pode apenas acrescentar o apelido de família do consorte aos seus; ou pode ainda combinar os apelidos próprios com os do marido. Claro, tudo isso aplica-se também ao marido, levando até mesmo à possibilidade de inversão dos nomes: o marido abdica de seus sobrenomes e os substitui pelos da mulher, enquanto esta faz a operação inversa (Maria Evangelista e Pedro Alcântara passam a chamar-se Maria Alcântara e Pedro Evangelista, por exemplo).

Não parece tenha tido o legislador atenção para com o papel do nome civil da pessoa natural para a preservação da segurança jurídica, afinal, essa possibilidade tão flexível de mutação do nome fragiliza o princípio da segurança.

Afigure-se a título exemplificativo que Charlotte Paiva Melo, devedora contumaz e autora de diversos estelionatos, que há anos foge às cobranças civis à aplicação da lei penal, case-se com Francisco Medeiros Xavier. Nesse caso, poderia facilmente adotar o nome de Charlotte Medeiros Xavier, o que traria evidente prejuízo aos credores e ao trabalho da polícia.

Diz-se facilmente porque a habilitação de casamento é procedimento administrativo realizado diretamente pelo oficial de Registro Civil e não exige a apresentação de certidões de antecedentes e de certidões negativas. Além disso, não há interferência do juiz, salvo na raríssima hipótese de alguma impugnação.

Há que se alertar ainda para a publicidade precária da alteração do nome por ocasião do casamento. De fato, a modificação do estado da pessoa operada pelo casamento é apenas publicada em um edital de proclamas no Diário da Justiça Eletrônico. Na prática, apenas tomam conhecimento da publicação desse edital os servidores do ofício de registro civil encarregados de certificar a publicação.

Dias (2012, p. 1) aponta que, na época da edição do Código Civil de 1916, não havia motivo para se preocupar, pois, com o casamento, a mulher perdia a plena capacidade de exercício dos direitos civis, de modo que a modificação de seu nome não colocava em risco a segurança jurídica:

A alteração do nome da mulher era automática, sem quaisquer questionamentos sobre eventuais sequelas que esta mudança poderia trazer à segurança jurídica. Aliás, nem havia motivo para maiores preocupações. É que, com o casamento, a mulher perdia a plenitude de sua capacidade civil.

Ao marido competia a representação legal da família, a administração dos bens comuns e dos bens próprios da esposa. Era ele o chefe da sociedade conjugal, tendo o direito de fixar o domicílio conjugal. Também lhe competia autorizar a profissão da mulher e a fixação da sua residência fora do teto conjugal. Sujeitas as mulheres a tão significativas limitações, a flexibilização da doutrina da imutabilidade do nome não gerava nenhuma preocupação para com a segurança jurídica (DIAS, 2012, p.1)

No entanto, a mesma autora alerta que, ao dar seguimento à tradição, o legislador ignorou que a mulher assumiu importante papel na sociedade e na economia, de modo que possibilidade da alteração de seu nome – e mais recentemente da alteração também do nome do marido – trouxe séria insegurança para as relações jurídicas. Na dicção da civilista:

Parece que ninguém atentou a que a mulher se tornou sujeito de direito. Houve sua inserção no mercado de trabalho e sua inclusão nas instâncias de poder. A não ser por exacerbado conservadorismo ou completa desconsideração das potencialidades femininas, não há como deixar de reconhecer que a mudança do nome pode abalar as relações jurídicas. Não mais se justifica permitir que continue a mulher, e a gora também o homem, a dispor da faculdade de alterar o nome ao casar. Será que tal expediente não poderia ser usado, quem sabe, para uma mudança de identidade, como uma maneira de se ocultar, de ver-se irresponsabilizado por alguma ação com sequelas danosas?

Essa dança de nomes, permitida em razão do casamento, nem se preocupa com a segurança jurídica e com a manutenção da paz social que a imutabilidade dos Registros Públicos tenta assegurar (DIAS, 2012, p. 7).

E a fragilização da segurança jurídica não é a única crítica dirigida ao nome conjugal. Há quem afirme que misturar os nomes retira a identidade do nubente. A pessoa que se casa não ganha uma nova personalidade, mas apenas assume um novo estado civil, daí porque não se justificaria a alteração do nome, que é marca maior da personalidade. Nesse sentido:

Em palavras claras, é de se pensar sobre a inalterabilidade do sobrenome em razão do casamento, da união estável ou da união homoafetiva. É que a constituição de uma família, por certo, não modifica a personalidade de cada uma das pessoas, inexistindo motivo jurídico razoável para justificar a mudança de sobrenome – o que, por conseguinte, implica em mudança da personalidade. Aliás, a mudança do nome, por certo, não é garantia de felicidade ou de cumplicidade no casamento (FARIAS; ROSENVALD, 2013, p. 133).

Pereira destaca que a modificação dos nomes pode representar risco ao próprio casamento pois, numa visão psicanalítica, a manutenção das individualidades é a primeira regra para o sucesso da relação:

Misturar os nomes pode significar mesclar e confundir identidades. O nome é um dos principais identificadores do sujeito e constitui, por isso mesmo, um dos direitos essenciais da personalidade. Misturá-los significa não preservar a singularidade. Neste sentido, é na esteira do pensamento psicanalítico, a preservação das individualidades é a primeira regra para a possibilidade do amor conjugal, estando o disposto no art. 1.565, § 1.º na contramão da história e dos interesses do casamento” (PEREIRA *apud* TARTUCE, 2014, p. 220).

Soma-se a isso a origem do nome conjugal, que não é das mais glorificadoras, mas pelo contrário, remete a um tempo remoto em que, numa sociedade extremamente patriarcal, a mulher era propriedade do marido, devendo, por isso, receber a sua marca. A esse respeito, novamente convém invocar a doutrina Farias e Rosendal (2013, p. 133):

Trata-se de resquício de um antigo costume religioso pertencente a um tempo remoto, não mais sintonizado nos valores contemporâneos decorrentes de uma igualdade entre homem e mulher. Hodiernamente, a manutenção da regra da possibilidade de modificação de nome pela constituição de uma nova família prende-se a valores culturais, com raízes claramente ficadas na identificação da esposa como pertencente ao marido, o que advém de priscas eras, quando a mulher se tornava incapaz pelo casamento, passando a ser representada pelo marido (daí a necessidade de identificação com o nome dele).

Tendo em vista a finalidade histórica atribuída ao nome conjugal, Dias (2015, p. 119) assevera que a melhor alternativa para igualar homens e mulheres não é permitir também ao marido que acolha o sobrenome da esposa – como consagra o Código Civil de 2002 –, mas sim traçar, extinguir o casamento enquanto hipótese que autoriza a alteração do nome dos cônjuges:

A solução jurídica mais harmoniosa com a plena igualdade não parece ser a possibilidade de oferecer ao marido a opção de adotar o sobrenome da mulher, mas, ao revés, a de estabelecer a regra da inalterabilidade do sobrenome de cada cônjuge após o casamento.

De tudo, conclui-se que o permissivo legal para alteração do nome em virtude do casamento conflita com o princípio da segurança jurídica e ainda é criticável pelas outras razões acima citadas. No entanto, ao sopesar os valores sociais conflitantes, o legislador preferiu dar primazia à tradição familiar brasileira, mantendo o instituto do nome conjugal.

Trata-se de decisão legítima não só do ponto de vista formal – pois ao Poder Legislativo incumbe a função de editar normas gerais e abstratas – mas também material, pois a experiência conduz facilmente à percepção de que a grande maioria da população prefere ainda manter a tradição do nome conjugal.

Essa opção é muito mais social, familiar e religiosa que propriamente jurídica, daí porque a opção do legislador deve ser respeitada pelo intérprete. Como bem pontua Dias (2012, p. 1), “Pelo jeito, o casamento tem mais significado. Para reverenciar a concretização do sonho do amor eterno tudo vale: Amém.”

À vista disso, não interessa ao presente estudo a discussão das bases morais da sociedade, mas sim conferir à disciplina jurídica do nome conjugal a interpretação mais retilínea à Constituição da República.

Assim, tomando como plenamente legítima a opção social e legislativa em permitir a sobrevivência do instituto do nome de conjugal, cumpre ao presente trabalho analisar os seus efeitos jurídicos quando da dissolução do casamento.

Tem-se que, dentro do estudo proposto, essa análise deva se iniciar pela discussão a respeito do elemento “culpa” na dissolução do casamento. Isso porque, segunda a literalidade do Código Civil, a sorte do nome conjugal quando do divórcio depende essencialmente da determinação do culpado pelo fim do relacionamento.

O artigo 1.578 do Código Civil dispõe que “o cônjuge declarado *culpado* na ação de separação judicial perde o direito de usar o sobrenome do outro”. Por essa redação, a discussão da culpa na ação de divórcio é elemento imprescindível para que a sentença decrete a perda do nome conjugal por um dos cônjuges.

Ocorre que a Emenda Constitucional n. 66/2010, comumente denominada “Emenda do Divórcio”, alterou substancialmente os meios jurídicos de dissolução do casamento e, dentre as discussões que enseja, está a permanência da culpa como um fato jurídico relevante para o Direito de Família.

Não há dúvidas de que, após a Emenda Constitucional n. 66/2010, a decretação do divórcio prescinde da demonstração da culpa de qualquer dos cônjuges, afinal, se o traço fundamental do casamento é a comunhão de vidas, basta que um dos consortes não mais queira essa comunhão para que o enlace conjugal possa ser desfeito. É o fim do afeto que fulmina o matrimônio, pouco importando eventual descumprimento das obrigações conjugais.

No entanto, a doutrina encontra-se dividida a respeito da persistência da culpa em relação a três aspectos acessórios cuja solução depende, segundo a literalidade do Código Civil, da determinação de um culpado pela separação. São eles: o nome de conjugal (Código Civil, artigo 1.578), os alimentos (Código Civil, artigo 1.704) e a reparação de danos (Código Civil, artigo 186).

Uma *primeira corrente* entende que a Emenda Constitucional n. 66/2010 pôs

fim à culpa como requisito do divórcio, de modo que esta não mais pode exercer qualquer influência sobre o direito de família. Tartuce (2015, p. 690) aponta que essa doutrina é amplamente difundida entre os juristas do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), dentre eles, Paulo Lôbo, Maria Berenice Dias, Rolf Madaleno, Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, José Fernando Simão, Antônio Carlos Mathias Coltro, Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho, Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal.

A propósito, nesse sentido dispõe o Enunciado 1 do IBDFAM que “A Emenda Constitucional 66/2010, ao extinguir o instituto da separação judicial, afastou a perquirição da culpa na dissolução do casamento e na quantificação dos alimentos” (IBDFAM, 2013).

Lôbo destaca que a discussão da culpa no divórcio é sobremaneira prejudicial para o relacionamento dos cônjuges após o divórcio e, justamente por isso, quando se tem filhos, a guerra na busca da imputação da culpa a um dos cônjuges é por completo contrária ao melhor interesse da criança:

O divórcio, em que se converte a separação judicial litigiosa, contaminava-se dos azedumes e ressentimentos decorrentes da imputação de culpa ao outro cônjuge, o que comprometia inevitavelmente o relacionamento pós-conjugal, em detrimento sobretudo da formação dos filhos comuns. O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro, como absoluta prioridade’ (art. 227 da Constituição), dificilmente consegue ser observado, quando a arena da disputa é alimentada pelas acusações recíprocas, que o regime de imputação de culpa propicia (LÔBO *apud* TARTUCE, 2014, p. 213).

Admitir a discussão de culpa geraria conflito e, embora pudesse sanar eventual injustiça em relação a algum dos cônjuges, certamente avivaria com monstruosidade discussões, ofensas, humilhações e até mesmo agressões físicas que conduziriam a um trauma insuperável em ambos os cônjuges e principalmente nos filhos. Se o fim último do direito é a promoção da paz social, certamente este não está alinhado à discussão de culpa no divórcio.

Além disso, frequente se critica que a discussão da culpa implica numa injustificada demora processual para dissolução do vínculo, mantendo ainda juridicamente presos um ao outro, antigos companheiros que não mais desejam a comunhão de vidas. O fim da discussão da culpa no divórcio promove condições para a rápida dissolução do matrimônio, de modo que “os antigos cônjuges poderão, agora, divorciados, buscar, em nova união ou casamento, a felicidade que buscaram outrora na relação que se dissolve” (SIMÃO *apud* TARTUCE, 2014, p. 213).

Outro argumento acusa que, tendo em vista que os dispositivos legais que admitem a discussão de culpa aludem à separação judicial e considerando que este instituto teria sido revogado pela Emenda Constitucional n. 66/2010, não mais haveria terreno fértil à busca de um culpado.

Dias (2015, p. 84) critica que o legislador prefere ignorar que nas relações de família o bem jurídico tutelado é dignidade da pessoa humana e acaba por importar institutos, como a culpa, que correspondem às relações patrimoniais regidas por outros ramos do Direito Civil.

Alinhado a tal raciocínio, Arruda Neto (2005, p. 283) aponta que o Direito de Família vive um processo de despenalização, que “é medida que se impõe principalmente quando se tem em conta que o seu valor social essencial é o de promover a dignidade dos componentes do núcleo familiar”.

A seu turno, Tartuce (2014, p. 213) assevera que, ao não mais permitir a judicialização das histórias pungentes dos desencontros sentimentais, o Direito deixa para a história da família brasileira essa experiência decepcionante de alimentação dos conflitos.

De outro norte, há uma *segunda corrente* que afirma que persiste a possibilidade da discussão da culpa quando da dissolução do vínculo matrimonial a fim de que se possa conferir aplicabilidade às sanções cominadas pela lei civil ao cônjuge desidioso para com as obrigações do casamento e, portanto, culpado pela separação.

Nesse sentido, Ieciona Silva (2011, p. 2) que o casamento é relação jurídica que gera deveres (a fidelidade, por exemplo), normas de conduta que, se violadas, dão origem a sanções civis (perda do nome conjugal, perda do direito a alimentos e dever de reparar danos). Assim, acaso eliminada a possibilidade de decretação da culpa, os deveres do casamento seriam convertidos em meras faculdades, uma categoria única de normas jurídicas que apenas teriam força de recomendação legislativa, sem autorizarem a aplicação de qualquer sanção pelo descumprimento. Na dicção da autora:

O casamento é uma relação jurídica, que gera deveres, como a fidelidade e o respeito pelos direitos da personalidade do outro cônjuge (Código Civil, art. 1.566). Esses deveres, dentre outros, são as normas de conduta que regulam o casamento. [...]

Se fosse eliminada a possibilidade de decretação da culpa na dissolução do casamento, por consequência, seriam eliminadas as sanções civis antes citadas, de modo que aquelas normas de conduta deixariam de ser deveres ou obrigações jurídicas e passariam a ser meras faculdades. [...]

Somente no casamento, dentre todas as relações jurídicas, deixariam de ser aplicadas sanções civis ao descumprimento das normas de conduta, o que seria inadmissível (SILVA, 2011, p. 2).

Silva (2011, p. 2) exemplifica que, a eliminação da possibilidade de discussão conduziria a absurdos: “O cônjuge traído teria de pagar pensão alimentícia plena ao infiel; o cônjuge que tivesse sofrido maus tratos físicos ou morais também teria de prestar alimentos plenos ao agressor”. Alerta ainda que, em hipóteses desse viés, o ordenamento permitiria enorme contrassenso: de um lado o cônjuge traído ou mau tratado teria direito a indenização civil, mas por outro seria obrigado a pagar alimentos àquele que o traiu ou agrediu:

Mesmo que conservada a possibilidade de aplicação do princípio da reparação de danos pela violação de dever conjugal, diante da existência de dano moral ou material, se mantida a pensão alimentícia plena ao culpado, isto significaria “tirar com uma mão” (condenação do culpado no pagamento de indenização) e “dar com a outra” (atribuição ao culpado do direito à pensão alimentícia), o que seria patente absurdo (SILVA, 2011, p. 2).

Andrighi (*apud* SILVA, 2011, p. 2) arremata: “para além do afeto, devem ser preservados deveres e responsabilidades, sem os quais a vida conjugal quedar-se-á vazia de significado, sem viço e sem amparo aos direitos inerentes a essa vivência”.

No que toca à crítica de que a discussão da culpa atrasa a dissolução do vínculo conjugal, os defensores dessa corrente contra-argumentam que, para a dissolução, há à disposição das partes o instituto da antecipação da tutela (artigo 273 do Código de Processo Civil). Assim, possível que, em sede de antecipação da tutela se dissolva o vínculo e, dando continuidade ao processo, discuta-se a culpa com relação àqueles aspectos colaterais nos quais ela exerce influência (nome conjugal, alimentos e indenização).

Os defensores da persistência da culpa encontram ainda mais facilidade em rebater o argumento pelo qual a discussão de culpa teria acabado junto com o instituto da separação judicial. Primeiro porque ainda há parcela significativa da doutrina que defende a sobrevivência da separação judicial, tanto é o Conselho da Justiça Federal editou o enunciado n. 514: “A Emenda Constitucional n. 66/2010 não extinguiu o instituto da separação judicial e extrajudicial”. Além disso, mesmo os que acolhem a ideia do fim da separação judicial afirmam que “a separação judicial litigiosa, regulada nos arts. 1.572 e 1.573 do Código Civil, deverá ser transformada em divórcio litigioso” (DONINNI *apud* TATURCE, 2014, p. 216).

Adepto dessa segunda corrente, Taturce (2014, p. 215) defende a existência

de um sistema dual de dissolução de casamento. De um lado existe a hipótese de decretação do divórcio sem que se exija dos cônjuges a demonstração do culpado. No entanto, numa segunda modalidade é possível que um cônjuge provoque a discussão da culpa pelo término da separação a fim de que tal fato influencie em relação aos efeitos assessorios do divórcio dependentes de demonstração de culpa.

Há ainda autores como Simão, Rosenvald e Farias (*apud* TARTUCE 2014, p. 215) que, apesar de não admitirem a discussão de culpa no divórcio, admitem a mesma discussão em sede de ação autônoma de alimentos e de responsabilidade civil.

Toda essa celeuma a respeito da possibilidade de se discutir culpa após a Emenda Constitucional n. 66/2010 é sobremaneira importante para a disciplina jurídica do nome conjugal após o divórcio. De fato, caso venha a prevalecer a primeira corrente, no sentido de que não mais subsiste qualquer possibilidade de se discutir culpa na dissolução do matrimônio, resta evidente que as disposições que admitem a decretação da perda do direito ao nome conjugal acabam por ser destituídas de qualquer aplicabilidade.

Não obstante, a melhor solução para o nome conjugal no divórcio parece apontar para a observação de sua natureza jurídica, com exclusão de qualquer influência da culpa no trato da matéria.

Para verticalizar o estudo do nome conjugal é preciso primeiro conhecer sua posição na taxinomia do Direito, sua natureza jurídica. Como visto anteriormente, hoje concebe-se o nome da pessoa natural como um indiscutível direito da personalidade. Seria essa também a natureza do nome conjugal?

A resposta dessa indagação é fundamental para que se possa alcançar a melhor compreensão a respeito da possibilidade de um dos cônjuges exigir do outro a perda do sobrenome conjugal.

Quando da análise a respeito da natureza jurídica do nome conjugal, houve a oportunidade de perceber que o nome da pessoa natural é um direito de sua personalidade porque lhe compõe a identidade interna e externamente. Internamente porque o nome faz parte da autocompreensão do indivíduo, as noções que a pessoa tem de si mesma estão ligadas ao seu nome. Externamente porque, no meio social, o nome é signo empregado para a designação de uma pessoa, sendo que as glórias e fracassos de um indivíduo se guardam em seu nome.

O conhecimento empírico não deixa dúvida de que o nome conjugal

desempenha essa mesma função. O uso e o tempo consolidam o nome conjugal na personalidade de quem o aderiu, principalmente quando o cônjuge renúncia aos próprios apelidos de família para adotar os do consorte.

Caso se retire o nome conjugal de uma pessoa que, por anos a fio, por meio dele se identificou e foi identificada, estar-se-á suprimindo uma parcela da própria pessoa, daquilo que ela é para si própria e para a sociedade, e sua personalidade.

Essa influência do nome conjugal se intensifica em relação àquelas pessoas cujo sobrenome seja largamente difundido em razão do exercício de atividade artística ou profissional. É o caso, por exemplo, de atores, humoristas, advogados, arquitetos, atletas. Em relação a tais pessoas, é muito mais sensível ou perceptível a alteração de seus apelidos familiares, razão pela qual a supressão de eventual nome conjugal pelo qual sejam designadas certamente decomporá parte de sua personalidade.

Claro, não se está a afirmar que em relação ao cidadão comum, que não exerça uma atividade de tanto vulto, a retirada do nome conjugal não possa influir negativamente em sua personalidade. Ocorre apenas que, em relação a famosos, esse fenômeno é muito mais perceptível.

Portanto, não restam dúvidas de que o nome conjugal possui natureza jurídica de direito da personalidade.

O apelido de família de um cônjuge, se aderido pelo outro, passará a compor a personalidade deste, devendo, por isso, gozar de todas as prerrogativas jurídicas dirigidas ao nome civil da pessoa natural, notadamente a intangibilidade e autodeterminação.

Assim sendo, não é a isenção de culpa que conferirá ao cônjuge o direito de, querendo, manter o nome conjugal, mas sim a adesão desse nome à sua própria personalidade.

Num Estado de Direito – e não meramente legal – que vive a era do neoconstitucionalismo, o direito à manutenção do nome conjugal aúre suas forças diretamente do princípio da dignidade da pessoa humana, independentemente de qualquer dispositivo infraconstitucional que alerte nesse sentido. Aliás, em última análise, é possível afirmar que a legislação infraconstitucional não pode suprimir esse direito sem malferir a força normativa da Constituição.

3.3 PANORAMA DOUTRINÁRIO E JURISPRUDENCIAL

Na doutrina, o tema nome conjugal é quase sempre analisado de forma bastante superficial. Acredita-se que isso ocorra porque a disciplina do nome sempre esteve marcada pela busca da imutabilidade com vistas à segurança jurídica e o nome conjugal especificamente envolve mais tradições religiosas e morais do que propriamente aspectos jurídicos.

A Emenda Constitucional n. 66/2010 (Emenda do Divórcio) reavivou a discussão em torno do nome conjugal, principalmente em razão do surgimento de uma corrente doutrinária que defende o fim da culpa no Direito de Família.

Não obstante, parcela da doutrina mantém firme interpretação puramente literal das regras do Código Civil que permitem a um dos cônjuges, alegando culpado outro, exigir que este perca o direito ao uso do nome conjugal.

Pertinente a transcrição de trechos das obras desses autores, sempre em edições posteriores à Emenda do Divórcio:

O cônjuge que mudou o nome com o casamento é livre para retornar ao anterior ou manter o de casado.

Se, porém, tiver sido o culpado pelo divórcio, poderá perder o direito de usar o sobrenome do cônjuge inocente, a pedido deste, a menos que a alteração lhe traga prejuízos ou importe manifesta distinção com o sobrenome dos filhos. (COELHO, 2012. p. 153)

Segundo o art. 1.578 do Código Civil, o cônjuge divorciado poderá continuar a utilizar o nome do ex-consorte desde que não venha a expor o patronímico do outro a situações vexatórias. (CARDIN, 2012. p. 122)

Considera-se, no entanto, de importância a prova da culpa dos cônjuges, para os seguintes fins: a) a perda do direito ao uso do nome de casado, se o outro cônjuge não for considerado também culpado (art. 1.578 do CC); [...] Uma vez adotado o patronímico do outro cônjuge, o divórcio não levará necessariamente o cônjuge que modificou o seu sobrenome a voltar a se utilizar novamente do nome anterior ao casamento, exceto se ele for considerado culpado nos autos do processo judicial. (LISBOA, 2012, p. 192)

Posição peculiar é a de Gagliano e Pamplona Filho. Os autores consideram extintos o instituto da separação judicial e o fim da discussão da culpa e, a partir disso, afirmam que o retorno ao nome de solteiro deve ser o efeito natural do divórcio, apenas se admitindo a manutenção do nome conjugal em hipóteses justificadas, como aquelas tratadas no 1.578 do Código Civil. Em suas palavras:

Ora, com o fim da própria separação judicial, e o banimento da culpa, em definitivo, dos processos de divórcio, entendemos que, em regra, retoma-se o nome de solteiro.

A par de não se tratar de posição pacífica, uma pesquisa de campo, na

realidade social e forense, demonstrará, certamente, que o retorno ao nome de solteiro é a diretriz mais adotada.

O(a) divorciando(a) anseia por isso.

Mas nada impede que se mantenha o nome de casado, em havendo justificativa razoável, na perspectiva da preservação do patrimônio moral e da teoria dos direitos da personalidade.

Assim, concorrendo situações como as que eram previstas no art. 1.578 do Código Civil, como o prejuízo de identificação ou a distinção em face dos nomes dos filhos, poderá, logicamente, ser mantido o nome de casado.

A partir da Emenda, portanto, o uso do nome, em nosso sentir, no divórcio, deverá observar as seguintes regras:

a) se o divórcio é consensual (judicial ou administrativo), o acordo firmado deverá regular o respectivo direito;

b) se o divórcio é litigioso, a regra é no sentido da perda do nome de casado, mantendo-se, todavia, o patronímico, se alguma das hipóteses do art. 1.578 se configurar.

Em quaisquer dos casos, a culpa não deverá ser critério preponderante na regulação judicial deste direito, podendo qualquer dos cônjuges, mediante procedimento judicial, a todo tempo, retomar o seu nome de solteiro. (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2015, p. 152)

Outros doutrinadores, baseados na ideia de que a Emenda Constitucional n. 66/2010 pôs fim à separação judicial e à discussão de culpa, afirmam que, desde então, a manutenção do nome conjugal passa a ser uma faculdade exclusiva daquele que o carrega, não podendo ser tangido em sua escolha. Prestigia-se assim a natureza jurídica do nome conjugal, que é a de direito da personalidade.

A esse respeito, é elucidativa a lição de Farias e Rosenvald:

Com relação à dissolução da relação matrimonial pelo divórcio, vale frisar que a regra geral é a manutenção do nome adquirido pelo casamento, somente podendo ser retirado com o consentimento do titular (daquele que modificou o nome quando da celebração do matrimônio). Ou seja, adquirido o sobrenome pelo casamento (ou pela união estável ou pela união homoafetiva), haverá imediata incorporação à personalidade do titular, somente podendo lhe ser retirado como a sua anuência. Ocorre, com isso, uma absoluta e completa desvinculação da culpa pela dissolução do matrimônio com a manutenção do nome de casado. Esta solução foi prestigiada pela disciplina da dissolução do casamento imposta pela Emenda Constitucional 66/10, que, facilitando a obtenção do divórcio, afastou a possibilidade de discussão de culpa pela ruptura da conjugalidade, inaugurando um novo sistema jurídico sobre o assunto [...]. Assim, nos divórcios consensuais ou litigiosos, o cônjuge que mudou o nome optará se permanece, ou não, utilizando o sobrenome de casado, não mais sendo possível retirá-lo contra a sua vontade. A solução merece aplausos porque o nome é direito de personalidade e, como tal, incorpora-se à personalidade de quem o modificou pelo casamento. Assim, passa a ser nome próprio, e não mais do outro consorte. (FARIAS; ROSENVALD, 2013, p. 297)

No mesmo sentido posiciona-se Tartuce:

Ora, com a aprovação da EC 66/2010, este autor entende que não há mais qualquer influência da culpa para a manutenção do nome de casado após o divórcio. Primeiro porque o art. 1.578 do CC deve ser tido como totalmente revogado, por incompatibilidade com o Texto Maior, uma vez que faz menção à separação judicial, retirada do sistema. Segundo, pois a norma é de exceção, não admitindo aplicação por analogia ao divórcio. Terceiro,

porque o nome incorporado pelo cônjuge constitui um direito da personalidade e fundamental, que envolve a dignidade humana, havendo relação com a vida privada da pessoa natural (art. 5º, X, da CF/1998). Sendo assim, não se pode fazer interpretação jurídica a prejudicar direito fundamental. (TARTUCE, 2015, p. 1108)

Cômpar do mesmo raciocínio, Dias (2015, p. 121) aduz que condicionar a manutenção do nome conjugal à concordância do “verdadeiro dono” do nome contraria a dignidade e transforma a modificação do patronímico conjugal num instrumento de vingança pelo fim do amor, desvirtuando-o de sua verdadeira natureza jurídica de direito da personalidade:

Condicionar o uso do nome – que é um dos atributos da identidade – à concordância do “dono” do nome infringe o sagrado princípio constitucional de respeito à dignidade. Não pode um dos elementos identificadores da pessoa ficar condicionado ao favor de alguém, à condescendência de outrem, descabendo perquirir sobre a vida particular do ex-cônjuge para, como uma pena, limitar o uso do nome.

O cônjuge não tem mais a possibilidade de subtrair o nome de quem deixou de o amar, atitude claramente vingativa. Tratava-se de verdadeira condenação do “culpado” pelo fim do amor. A partir do casamento, o nome de um não é mais do outro, é seu também. O nome adotado com o casamento passa a ser o nome de família e o seu nome próprio, integrando seu direito à personalidade. Com o casamento, o cônjuge não empresta simplesmente o seu nome ao outro que o acresce, de modo a se poder exigir que aquele que teve o nome modificado pelo enlace conjugal o altere novamente por ocasião do divórcio. Se assim fosse, se estaria retrocedendo ao tempo em que a mulher era assujeitada, tida como propriedade masculina, ficando à mercê dos mandos e desmandos do marido.

A doutrina parece inclinar-se mesmo no sentido de que o cônjuge que aderiu a um nome de casado não pode ser compelido a alterá-lo. Mostra disso pode ser encontrada na obra de Gonçalves.

Na edição do ano de 2012 de seu Curso de Direito Brasileiro, o autor não apenas afirmava ser possível decretar a perda do nome conjugal como também, indo muito além, asseverava que, mesmo o ex-consorte que optou por manter o nome conjugal, ainda que inocente na separação, poderia perder o direito ao patronímico matrimonial se praticasse condutas graves o bastante para motivar essa medida:

Verifica-se, assim, que o culpado só pode continuar a usar o sobrenome que adotou quando do casamento se com isso concordar o outro cônjuge. Contudo, mesmo havendo essa oposição, será possível mantê-lo nas hipóteses excepcionadas pelo mencionado art. 1.578. [...]

O cônjuge considerado inocente na separação em que se discute a culpa poderá optar por conservar o sobrenome do outro. Neste caso, terá a possibilidade de renunciar ao seu uso a qualquer tempo.

O uso do nome do outro cônjuge, nos casos especificados, não é, entretanto, absoluto. Se a mulher, por exemplo, após a separação, mesmo vitoriosa na ação de separação, passa a ter conduta imoral ou desonrosa,

agindo de modo a enxovalhar o nome do ex-marido, este poderá ajuizar ação ordinária para cassar esse direito, pela superveniente alteração das circunstâncias. No entanto, somente motivos muito graves e devidamente comprovados poderão acarretar a perda do direito ao uso do sobrenome do outro, se o cônjuge não renunciou a eles, na separação. Se o fez, não poderá voltar a usá-lo posteriormente (GONÇALVES, 2012, p. 335).

Não obstante, o doutrinador reavaliou a questão e já na edição do ano de 2014 da mesma obra passou a afirmar, peremptoriamente, que o nome conjugal é intangível porque a culpa não mais pode exercer qualquer influência nas relações familiares e porque o patronímico matrimonial é direito que integra a personalidade de seu titular:

Com a aprovação da Emenda Constitucional n. 66/2010, não poderá haver nenhuma repercussão de eventual culpa na manutenção ou perda do direito de usar o sobrenome de casado após o divórcio. O referido art. 1.578 deve ser tido como revogado, por incompatibilidade com a nova ordem constitucional estabelecida pela “PEC do Divórcio”.

Seja como for, o nome incorpora-se à personalidade da pessoa, sendo por isso incluído no rol dos direitos da personalidade disciplinados no Código Civil (arts. 16 a 19) e na Carta Magna (art. 5º, X, quando se refere à “vida privada”) e amparado pelo princípio constitucional da dignidade humana (CF, art. 1º, III).

Desse modo, a utilização do sobrenome de casado, após o divórcio, pelo cônjuge, culpado ou não pelo rompimento do casamento, constitui uma faculdade deste, pois está incorporado à sua personalidade (GONÇALVES, 2014, p. 290).

No plano jurisprudencial, poucos acórdãos até o presente momento têm-se dedicado precisamente à questão do nome conjugal. Não obstante, os julgamentos que se debruçaram sobre essa problemática após a edição da Emenda Constitucional n. 66/2010 sinalizam para a adoção da tese de intangibilidade do nome conjugal.

Recentemente o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul foi chamado a se pronunciar sobre a questão e sua resposta foi categórica: a Emenda Constitucional n. 66/2010 extinguiu qualquer possibilidade de discussão da culpa no divórcio e, com isso, pôs fim à possibilidade de se decretar a perda do direito ao uso do nome de casada. Deu-se ainda destaque para a importância da imutabilidade do nome para a segurança jurídica:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DIVÓRCIO. MANUTENÇÃO DO USO DO NOME DE CASADA. POSSIBILIDADE.

1. Já se encontra sedimentado o entendimento jurisprudencial de que **não mais se verifica a culpa pela dissolução do matrimônio para fins de apuração dos direitos daí decorrentes.**

2. Logo, **como atributo da sua personalidade, pode a virago permanecer fazendo uso de seu nome de casada**, já que assim optou. Princípios da imutabilidade do nome e da segurança jurídica. APELO DESPROVIDO.

(TJ-RS - AC: 70057748014 RS , Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl, Data de Julgamento: 27/02/2014, Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 07/03/2014) (RIO GRANDE DO SUL, 2014)

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios chegou à mesma conclusão, porém, sem fazer alusão a possibilidade ou não de se discutir culpa. Para a Corte, o que fundamenta a intangibilidade do nome conjugal é puramente a compreensão do patronímico matrimonial como um direito da personalidade:

DIVÓRCIO LITIGIOSO - NOME - DIREITO PERSONALÍSSIMO - CITAÇÃO POR EDITAL - REVELIA - CURADORIA ESPECIAL RETORNO AO USO DO NOME DE SOLTEIRO - NECESSIDADE DE EXPRESSA MANIFESTAÇÃO PESSOAL - SENTENÇA REFORMADA

1) - **A mudança do nome realizada pelo casamento incorpora-se à personalidade de seu titular, sendo-lhe, por tal razão, facultada a escolha em permanecer com o nome de casado, mesmo após a dissolução do casamento**, nos termos do §2º do artigo 1.571 do Código Civil.

2) - **Por se tratar de direito personalíssimo, apenas ao cônjuge que teve seu nome alterado cabe manifestar-se pessoal e expressamente acerca da manutenção ou retorno ao uso do nome de solteiro.**

3) - Inadequada a determinação de retorno ao uso do nome de solteiro a cônjuge, citado por edital, que não exerceu pessoal e expressamente a opção prevista no artigo 1.571, §2º, do Código Civil, sob pena de lhe retirada prerrogativa de escolha quanto a elemento integrante de sua personalidade.

4) - Recurso conhecido e provido.

(TJDFT - Acórdão n.708478, 20130310073539APC, Relator: LUCIANO MOREIRA VASCONCELLOS, Revisor: GISLENE PINHEIRO, 5ª Turma Cível, Data de Julgamento: 28/08/2013, Publicado no DJE: 06/09/2013. Pág.: 277) (DISTRITO FEDERAL, 2013)

Não se pode, porém, ignorar que há também julgados em sentido contrário. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, apesar de reconhecer o nome conjugal como um direito da personalidade, mantém a possibilidade de se decretar a sua perda, ainda que em caráter excepcional, quando o cônjuge houver sido declarado culpado:

CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO. MANUTENÇÃO DO NOME DE CASADA. DIREITO DA PERSONALIDADE. FACULDADE. AUSÊNCIA DE AQUIESCÊNCIA DA RÉ.

- Pleito de reforma parcial da sentença proferida em sede de conversão de separação judicial em divórcio, a fim de que seja determinado que a apelada volte a utilizar o nome de solteira.

- O patronímico adquirido por ocasião da celebração de casamento civil integra os direitos da personalidade, passando a identificar o cônjuge que o adotou.

- Na dissolução do casamento, **a exclusão do nome de casada só é possível excepcionalmente, nos termos do art. 1.578 do Código Civil, nos casos de rompimento da sociedade por culpa de uma das partes**, não sendo este o caso dos autos. A conservação ou não do nome de casado, ante o teor dos §§ 1º e 2º, do art. 1.578, bem como do § 2º do art. 1.571, todos do Código Civil, consiste numa faculdade do cônjuge quando da dissolução do casamento.

- Diante da ausência de aquiescência da ré com o pedido de retorno de seu nome ao de solteira, forçoso reconhecer a inviabilidade do pleito autoral. Precedentes jurisprudenciais. DESPROVIMENTO DO RECURSO.
(TJ-RJ - APL: 00209656920118190208 RJ 0020965-69.2011.8.19.0208, Relator: DES. CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 30/04/2013, NONA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 28/05/2013 17:41)(RIO DE JANEIRO, 2013)

Já no que toca ao direito do cônjuge à retomada do nome de solteiro, parece não existir divergência na jurisprudência. A esse respeito, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul já manifestou que essa prerrogativa não pode ser indeferida pelo Judiciário, mormente quando inexistir indícios de que a alteração possa trazer prejuízos a terceiros:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE ACORDO. PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO NOME DE CASADA PARA RETOMAR O USO DO NOME DE SOLTEIRA.

Nos termos dos artigos 1571, § 2º, e 1578, § 1º, do CCB, **não há razão para indeferir o pedido de alteração do nome da divorcianda, que pretende retomar o nome de solteira, pois se trata de direito de personalidade.** Ademais, sendo as razões da autora relevantes e não advindo da retificação nenhum prejuízo a terceiros, não há motivo para a manutenção da sentença.

(TJ-RS - AC: 70052854387 RS , Relator: Alzir Felipe Schmitz, Data de Julgamento: 26/09/2013, Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 02/10/2013) (RIO DE JANEIRO, 2013)

A seu turno, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais afirmou que a renúncia do direito de conservação do nome conjugal é irretratável. No entanto, o Tribunal não descartou por completo essa possibilidade, tanto é que apenas alude à impossibilidade de retração da renúncia “sem um justo motivo”:

APELAÇÃO CÍVEL. **RETIFICAÇÃO DE NOME. VOLTAR A USAR O NOME DE CASADA. INEXISTÊNCIA DE JUSTO MOTIVO.** NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

Com relação ao tema, vigora em nosso ordenamento jurídico a regra da imutabilidade de nome. Ou seja, a sua retificação somente ocorrerá em casos excepcionais, desde que demonstrado justo motivo. É o que se extrai do art. 57 da lei 6.015/73 e art. 25 da lei 6.515/77. Julga-se improcedente o pedido se o autor não comprova os fatos constitutivos de seu direito, nos termos do art. 333, I, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido, mas não provido.

(TJ-MG - AC: 10701130357935001 MG , Relator: Albergaria Costa, Data de Julgamento: 06/02/2014, Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 21/02/2014) (MINAS GERAIS, 2014)

RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. RESTABELECIMENTO DO NOME DE CASADA. OPÇÃO DE VOLTAR A USAR O NOME DE SOLTEIRA QUANDO DA SEPARAÇÃO. ARREPENDIMENTO. AUSÊNCIA DE OCORRÊNCIA DE HIPÓTESE LEGAL AUTORIZATIVA DA SUPRESSÃO PRETENDIDA.

A legislação não autoriza a reinclusão posterior do patronímico do marido, que foi suprimido em razão de separação judicial, por mera conveniência da ex-esposa que na época optou por voltar a utilizar o nome

de solteira. Indefere-se o pedido de retificação de registro civil se a hipótese não se enquadra entre aquelas previstas em lei de modo a autorizarem a mudança do nome.

(TJ-MG - AC: 10056130059480001 MG , Relator: Wander Marotta, Data de Julgamento: 06/05/2014, Câmaras Cíveis / 7ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 09/05/2014) (MINAS GERAIS, 2014)

Na contramão do entendimento acima, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná deu procedência à retração da renúncia ao nome de casada. Entretanto, cumpre destacar que na hipótese se verificou justo motivo para o ato:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. EX-ESPOSA QUE PRETENDE A REINCORPORAÇÃO DO PATRONÍMICO DO EX- MARIDO AO NOME APÓS A EXCLUSÃO DO MESMO NO DIVÓRCIO. POSSIBILIDADE. NOME DE CASADA QUE JÁ INCORPOROU À PERSONALIDADE DA AUTORA. REQUERENTE QUE USA O PATRONÍMICO DE CASADA POR APROXIMADAMENTE 34 ANOS. DEMONSTRAÇÃO RAZOÁVEL DE AFETAÇÃO À RECONHECIMENTO SOCIAL, À PERSONALIDADE OU INDIVIDUALIDADE. VÍNCULO QUE JUSTIFICA A ALTERAÇÃO PARA O NOME DE CASADA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.

(TJ-PR 9156241 PR 915624-1 (Acórdão), Relator: Augusto Lopes Cortes, Data de Julgamento: 29/08/2012, 11ª Câmara Cível) (PARANÁ, 2012)

Nas cortes superiores, não há registros de julgamentos que tenham incidido de modo específico sobre o nome conjugal. Sem embargo, o Superior Tribunal de Justiça já teve a oportunidade de afirmar que, uma vez retomado o nome se solteiro por um dos cônjuges, surge o direito de retificação do registro civil de nascimento dos filhos com vistas a atribuir-lhes o sobrenome daquele que renunciou a patronímico conjugal:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. RETIFICAÇÃO. SOBRENOME. REGISTRO DE NASCIMENTO DOS FILHOS. DIREITO SUBJETIVO. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA SIMETRIA.

1. É direito subjetivo da pessoa retificar seu patronímico no registro de nascimento de seus filhos após divórcio.

2. **A averbação do patronímico no registro de nascimento do filho em decorrência do casamento atrai, à luz do princípio da simetria, a aplicação da mesma norma à hipótese inversa, qual seja, em decorrência do divórcio, um dos genitores deixa de utilizar o nome de casado** (art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 8.560/1992).

3. Em razão do princípio da segurança jurídica e da necessidade de preservação dos atos jurídicos até então praticados, o nome de casada não deve ser suprimido dos assentamentos, procedendo-se, tão somente, a averbação da alteração requerida após o divórcio.

4. Recurso especial provido.

(STJ - REsp 1279952/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/02/2015, DJe 12/02/2015) (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2015)

De tudo, observa-se assim que a doutrina como a jurisprudência ainda são oscilantes em relação ao tema, muito embora haja indicativos de que tendam a

caminhar para o definitivo reconhecimento da intangibilidade do nome conjugal como um corolário de sua natureza de direito da personalidade.

É chegada, pois, a hora de se decidir o Direito de Família que se almeja numa sociedade plural e num sistema jurídico que tem na pessoa humana o seu valor máximo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No último século, a relação entre o Direito Civil e o Direito Constitucional foi substancialmente modificada. Passou-se da indiferença de um em relação ao outro para a intensa influência do Direito Constitucional sobre o Civil, originando o que se convencionou chamar de Direito Civil Constitucional.

Atualmente, a Constituição da República representa uma nova tábua axiomática para as relações civis, informando com princípios e normas as relações privadas e determinando, por conseguinte, as vigas de sustentação do sistema de Direito Civil.

O nome da pessoa natural, logicamente, não poderia furtar-se a esse processo. Assim é que, dentro dessa nova perspectiva do Direito Civil Constitucional, o nome da pessoa natural ganhou novos contornos no Código Civil de 2002.

O conceito tradicional não se alterou: o nome permanece compreendido como o signo que designa a pessoa no meio familiar e social. Em contrapartida, o Código Civil de 2002 solidificou grande avanço ao reconhecer definitivamente ao nome a natureza jurídica de direito da personalidade, afirmando-o como atributo indissociável da pessoa humana, um mínimo indispensável para o desenvolvimento do ser.

Para tratar especificamente do nome conjugal, o Código Civil de 2002 dedicou três artigos (artigo 1.565, §1º, artigo 1.571, §2º, e artigo 1.578), podendo a disciplina neles contida ser compiladas em quatro enunciados: **(i)** é de livre escolha do nubente, homem ou mulher, incluir dentre seus apelidos de família o sobrenome do outro (art. 1.565, §1º); **(ii)** se não houver declaração de culpado pela dissolução da união, aquela que ostenta o sobrenome do cônjuge poderá livremente escolher entre mantê-lo ou não; **(iii)** o cônjuge vencedor da ação de divórcio poderá exigir a

perda, pelo consorte declarado culpado, do direito ao uso do patronímico conjugal desde que isso não provoque no cônjuge vencido: a) evidente prejuízo à sua identificação; b) dissociação entre seu nome e dos filhos havidos da união; e c) dano grave reconhecido por sentença; e **(iv)** mesmo que, por ocasião do fim da relação, o cônjuge tenha mantido o patronímico conjugal, poderá, a qualquer tempo, a ele renunciar.

A problemática do nome conjugal foi quase sempre analisada de modo superficial, principalmente porque nele está contida grande carga de valores familiares e religiosos. Porém, a Emenda Constitucional n. 66/2010 – a Emenda do Divórcio – fez surgir acalorada discussão em torno da subsistência da regra pela qual um dos cônjuges pode exigir que o outro perca o direito de usar sobrenome conjugal.

Dentre os vários argumentos apontados pelas correntes antagônicas que se formaram na doutrina, os principais se relacionam à possibilidade de discussão da culpa e à subsistência do instituto da separação judicial.

No que toca à culpa, parcela significativa de renomados doutrinadores, especialmente aqueles que compõe o Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM afirmam que a Emenda Constitucional n. 66/2010, ao afastar a exigência de qualquer requisitos que dificulte a concessão do divórcio, extinguiu a culpa como fato jurídico relevante nas relações do Direito de Família.

No sentido oposto, um segundo grupo de doutrinadores ressaltam que a extinção da culpa poderia conduzir a absurdos. Destacam que a atribuição de um responsável pelo fim do relacionamento produz três consequências: possibilidade de perda do nome conjugal; perda do direito a alimentos, salvo os estritamente necessários e dever de reparar danos. Nessa trilha, afirmam que, se abolida a culpa, o cônjuge publicamente traído ou maltratado fisicamente pelo consorte poderia ainda assim ser obrigado a prestar alimentos integrais ao traidor ou agressor.

Quanto à separação judicial, uma primeira corrente afirma que, tendo a Emenda Constitucional n. 66/2010 suprimido do texto da Lei Maior a figura da separação judicial, todas as disposições a respeito desse instituto restaram revogadas. De outro norte, uma segunda corrente desenvolve a tese de que a Emenda do Divórcio unicamente retirou a figura da separação judicial do texto constitucional, deixando a matéria a cargo do legislador ordinário, de modo que está mantida a separação judicial no ordenamento civil.

Com relação ao nome conjugal, a questão em torno da possibilidade de se tratar de culpa é relevante na medida em que, caso se conclua que não, resta inaplicável o dispositivo que permite a um dos cônjuges exigir a perda do nome conjugal pelo outro. Por outro ângulo, a discussão quanto à sobrevivência da separação judicial é relevante porque o dispositivo que permite a um cônjuge pleitear referida medida (Código Civil, artigo 1.578) encontra-se inserido nas disposições relativas à separação.

É preciso observar, porém, que essas duas discussões estão voltadas unicamente para a legislação. Ignoram seu verdadeiro objeto: o nome conjugal. Diante disso, formula-se uma proposta: buscar a solução para o empasse em torno do nome conjugal na própria natureza jurídica desse instituto.

O nome civil da pessoa natural é, inegavelmente, direito da personalidade. Não há motivo para que o nome conjugal tenha natureza diversa. De fato, o popular nome de casado adere à personalidade daquele que o adota, passa a ser uma marca de sua individualização, às vezes até de maior repercussão social que os sobrenomes originais.

É possível, portanto, afirmar que o conhecido nome de casada não é nome do marido emprestado à mulher, é nome dela desde que a ele aderiu.

Nesse diapasão, o motivo que impede que um cônjuge tente retirar do outro o nome conjugal não é o fim do instituto da separação judicial ou a extinção da possibilidade de discussão da culpa pelo fim do casamento, nem mesmo está relacionado à Emenda Constitucional n. 66/2010. O verdadeiro óbice é muito mais puro e simples: a dignidade da pessoa humana.

Claramente a supressão compulsória de um dos mais essenciais atributos da personalidade é causa de abrupta violência à dignidade da pessoa humana atingida. Ao permitir essa medida ofensiva, aproxima-se a disciplina jurídica do nome no Brasil à antiga teoria francesa que concebia o nome como uma propriedade, que poderia ser cedida no casamento e exigida de volta no divórcio. Afasta-se da concepção do nome como direito da personalidade, desprezando-se por completo sua natureza jurídica.

Insta ainda observar que autorizadas vozes na doutrina pregam o fim do nome conjugal. Primeiro porque a possibilidade de alteração no nome pelo casamento é perniciosa à segurança jurídica na medida em que pode transformar-se em um artilho para aqueles que pretendem ocultar-se a suas obrigações. Segundo

pela sua origem histórica marcadamente machista, que não é corrigida pela possibilidade do homem também aderir ao sobrenome da mulher, já que a verdadeira isonomia só seria alcançada se no casamento ambos os consortes mantivessem sua verdadeira identidade, sem uma marca para indicar a quem pertença. Terceiro porque o nome é marca da personalidade e o casamento apenas altera o estado civil dos nubentes, não se justificando, portanto, a alteração do nome.

Sem embargo, só resta ao jurista buscar a melhor compreensão do nome conjugal e dispensar-lhe a disciplina jurídica mais compatível com dignidade da pessoa humana, pois o ato de “dar o próprio sobrenome ao parceiro” tende a manter-se por mais algumas eras como um símbolo de perene compromisso, um gesto romântico de afeto, um símbolo do amor e da busca da felicidade que move o coração humano e que empresta sentido à vida.

REFERÊNCIAS

ARRUDA NETO, Pedro Thomé. A despenalização do direito das famílias. *in* BASTOS, Eliene Ferreira (coord); DA LUZ, Antônio Fernandes (coord). **Família e jurisdição**. Bele Horizonte: Del Rey, 2005.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRANDELLI, Leonardo. **Nome civil da pessoa natural**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. **Código de Processo Civil Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869compilada.htm>.
Acesso em: 23 fev. 2015

BRASIL. **Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977**. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm>. Acesso em: 5 abr. 2015

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.
Acesso em: 23 fev. 2015

BRASIL. **Lei nº 7.841, de 17 de outubro de 1989**. Revoga o art. 358 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil e altera dispositivos da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7841.htm>. Acesso em: 5 abr. 2015

BRASIL. **Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996**. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9263.htm>. Acesso em: 5 abr. 2015

BRASIL. **Código Civil Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm#indice>.

Acesso em: 26 fev. 2015

BRASIL. **Lei nº 11.441, de 4 de janeiro de 2007.** Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11441.htm>. Acesso em: 5 abr. 2015

BRASIL. **Projeto de Lei n. 2.285, de 25 de outubro de 2007.** Dispõe sobre o Estatuto das Famílias. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/517043.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 66, de 13 de julho de 2010.** Dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc66.htm>. Acesso em: 8 mar. 2015

BRASIL. **Código de processo civil Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 8 abr. 2015

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1279952/MG.** Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 03/02/2015. DJe 12/02/2015. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/153706439/recurso-especial-resp-1279952-mg-2011-0171393-4>> Acesso em: 13 mai. 2015

BRASIL. STF afasta exigência prévia de autorização para biografias. **Notícias STF.** Data da publicação: 10 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=293336>> Acesso em: 10 jun. 2015

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional.** 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

CARDIN, Valéria Silva Galdino. **Dano moral no direito de família.** São Paulo: Saraiva, 2012.

COELHO, Fábio Ulho. **Curso de direito civil: parte geral.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.1

_____. **Curso de direito civil: família e sucessões.** 5 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 5

CUNHA JÚNIOR, Dirley. **Curso de direito constitucional.** 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2008.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2015.

_____. **Em nome do quê**. 2012. Disponível em:
<http://www.mariaberenice.com.br/uploads/15_-_em_nome_do_qu%EA.pdf>.
Acesso em 15 mai. 2015

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: direito de família. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v.5

_____. **Curso de direito civil brasileiro**: teoria geral do direito civil. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.1

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça. **Acórdão .708478, 20130310073539APC**. Relator Luciano Moreira Vasconcellos, Revisor Gislene Pinheiro, 5ª Turma Cível, julgado em 28/08/2013. Data de Publicação: 06/09/2013. Disponível em: <<http://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/115994115/apelacao-civel-apc-20130310073539-df-0007195-0720138070003>> Acesso em: 13 mai. 2015

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**: parte geral e LINDB. 11. ed. rev. ampl. atual. Salvador: Juspodivm, 2013. v.1

_____. **Curso de direito civil**: famílias. 5. ed. rev. ampl. atual. Salvador: Juspodivm, 2013. v. 6

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**: direito de família – as famílias em perspectiva constitucional. 5. ed. rev. e atual. São Paulo : Saraiva, 2015. v. 6

_____. **Novo curso de direito civil**: parte geral. 14. ed. rev. atual e ampl. São Paulo, Saraiva, 2012. v.1

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: direito de família. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 6

_____. **Direito civil brasileiro**: direito de família – de acordo com a Lei n. 12.874/2013. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 6

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA. Enunciados do IBDFAM são aprovados. **Notícias**. Data de publicação: 26 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/5194/Enunciados%20do%20IBDFAM%20s%C3%A3o%20aprovados>> Acesso em: 11 mai. 2015

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de direito civil**: direito de família e sucessões. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 5

LÔBO, Paulo. **Direito civil**: famílias. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Entidades familiares constitucionalizadas: para além do numerus clausus. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6,n. 53, jan. 2002. Disponível em:

<<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2552>>. Acesso em: 20 mar. 2015

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet Branco. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2014

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **AC: 10701130357935001 MG**. Relator Albergaria Costa, Terceira Câmara Cível. Data de Julgamento: 06/02/2014. Data de Publicação: 21/02/2014. Disponível em: <<http://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/119404936/apelacao-civel-ac-10701130357935001-mg>> Acesso em 13 mai. 2015

_____. Tribunal de Justiça. **AC: 10056130059480001 MG**. Relator Wander Marotta, 7ª Câmara Cível. Data de Julgamento: 06/05/2014. Data de Publicação: 09/05/2014. Disponível em: <<http://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/120488516/apelacao-civel-ac-10056130059480001-mg>> Acesso em: 13 mai. 2015.

MUNIZ FILHO, Mario Monteiro. **Manual de direito de família**. Coord. Sílvio Neves Batista. 2. ed. Recife: Bagaço, 2010.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de direito constitucional**. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014.

NUNES JÚNIOR, Flávio Martins Alves. **Remédios constitucionais**. 4. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: RT, 2010.

OLIVEIRA, José Maria Leoli Lopes de. **Introdução ao direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. **Acórdão 9156241 PR 915624-1**. Relator Augusto Lopes Cortes. 11ª Câmara Cível. Data de Julgamento: 29/08/2012. Disponível em: <<http://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22361316/9156241-pr-915624-1-acordao-tjpr>> Acesso em: 13 mai. 2015

PEREIRA, Rafael D'Ávila Barros. **Nome civil**: características e possibilidades de alteração. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1811, 16 jun. 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/11345>>. Acesso em: 7 maio 2015.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de família e o novo código civil**. Belo Horizonte: Del Rey/IBDFAM, 2002, p. 226.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de direito privado**. Campinas: Bookseller, 2000. t. VII.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça. **APL: 00209656920118190208 RJ 0020965-69.2011.8.19.0208**. Relator Des. Carlos Santos De Oliveira, Nona Câmara Cível, julgado em 30/04/2013. Data de Publicação: 28/05/2013. Disponível em: <<http://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/117630337/apelacao-apl-209656920118190208-rj-0020965-6920118190208>> Acesso em: 13 mai. 2015

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **AC: 70057748014**. Relator Ricardo

Moreira Lins Pastl, Oitava Câmara Cível, julgado em 27/02/2014. Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 07/03/2014. Disponível em: <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/113794376/apelacao-civel-ac-70057748014-rs>> Acesso em: 13 mai. 2015

_____. Tribunal de Justiça. **AC: 70052854387 RS**. Relator Alzir Felipe Schmitz, Oitava Câmara Cível, julgado em 26/09/2013. Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 02/10/2013. Disponível em: <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/113482742/apelacao-civel-ac-70052854387-rs>> Acesso em: 13 mai. 2015

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. **A Emenda do Divórcio e a Culpa**. 2011. Disponível em: <<http://www.reginabeatriz.com.br/academico/artigos/artigo.aspx?id=257#sthash.ZqWdulPC.dpuf>>. Acesso em 30 mai. 2015.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil**. 5.ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

_____. **Direito civil**: direito de família. 9. ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014. v. 4

TEMPEDINO, Gustavo. **Premissas metodológicas para a constitucionalização do direito civil**. Temas de Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil**: parte geral. 4. ed. São Paulo: 2004. v. 1.

OBRAS CONSULTADAS

ÁVLIA, Humberto. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 4. ed. rev. São Paulo: Malheiros, 2005.

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência**. 6. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

GOUVEIA, Mila; FERREIRA FILHO, Roberval Rocha. **Principais julgamentos do STF e STJ [2015]**. Salvador: Juspodivm, 2015.

MASSON, Nathalia. **Manual de direito constitucional**. 3. ed. rev. ampl. atual. Salvador: Juspodivm, 2015.

MENDES, Gilmar Ferreira(coord.); MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.); NASCIMENTO, Carlos Valder. **Tratado de direito constitucional**. 2.ed. São Paulo, 2012. v.1

MORAES, Alexandre. **Direito constitucional**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PIEROTH, Bodo; BERNHARD, Schilink. **Direitos fundamentais**. Traduzido por Antônio Francisco de Sousa e Antônio Franco. São Paulo: Saraiva, 2012

PUCCINELLI JÚNIOR, André. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11 .ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

_____. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição de 1988**. 9. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SCHREIDER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. 2.ed. São Paulo: Atlhas, 2013.

SPITZCOVSKY, Celso; MOTA, Leda Pereira da. **Direito constitucional**. 11. ed. rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2013.